



Liliane Freichos Godoy Soares

**PARA ALÉM DA DEFESA DA PÁTRIA:
Um estudo sobre o serviço militar obrigatório frente
às transformações no mundo do trabalho**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-graduação em Serviço Social do
Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a Sindely Chahim de Avellar
Alchorne

Rio de Janeiro
Setembro de 2020



Liliane Freichos Godoy Soares

**PARA ALÉM DA DEFESA DA PÁTRIA:
Um estudo sobre o serviço militar obrigatório frente
às transformações no mundo do trabalho**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-graduação em Serviço Social do
Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof^a. Sindely Chahim de Avellar Alchorne
Orientadora
Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof. Ney Luiz Teixeira de Almeida
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof^a. Sabrina Celestino
Centro de Estudos de Pessoal do Forte de
Duque de Caxias

Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Liliane Freichos Godoy Soares

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e Mestranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi oficial da Força Aérea Brasileira até junho de 2020, onde atuou como Assistente Social. Chefiou a Seção de Gerenciamento de Projetos e Campanhas entre 2011 e 2016, e o Serviço Social do Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro até 2020. Integrou o grupo de pesquisa Políticas Públicas e Forças Militares do Centro de Estudos de Pessoal Forte Duque de Caxias. Linhas de pesquisa: Serviço Militar Obrigatório, Juventude e transformações no mundo do trabalho.

Ficha Catalográfica

SOARES, Liliane Freichos Godoy

PARA ALÉM DA DEFESA DA PÁTRIA: Um estudo sobre o serviço militar obrigatório frente às transformações no mundo do trabalho/ Liliane Freichos Godoy Soares; Orientadora: Sindely Chahim de Avellar Alchorne – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, 2020.

105 f.: il. color., 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Serviço Militar. 3. Trabalho. 4. Juventude. I. Alchorne, Sindely Chahim de Avellar. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

CDD: 361

À Clara, que chegou e virou a minha vida para o mais difícil e, também, melhor e mais recompensador lado que ela poderia ter.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço ao Deus Criador, dono de toda ciência, fonte inesgotável de saber e criatividade, e que, por bondade, me permitiu conhecer e conviver com as pessoas que cito abaixo – fundamentais para a conclusão desta etapa;

Ao meu marido, Bruno, pela parceria, incentivo e cuidado. Amo você e amo a leveza da nossa caminhada;

Aos meus pais, Nilson e Lilia, pelo exemplo, preocupação e orações constantes, e aos meus irmãos, Junior e Felipe, e cunhadas, Noemi e Alissa, pelo apoio, amizade e companheirismo. Especialmente, obrigada por não terem me deixado desistir de fazer a prova para a seleção deste mestrado e por me incentivarem sempre;

À professora doutora Sindely Chahim de Avellar Alchorne, que aceitou o desafio de orientar este trabalho e o fez com tanta dedicação, paciência, compreensão e competência. Obrigada pelo estímulo e parceria;

Ao professor doutor Ney Luiz Teixeira de Almeida, pelo incentivo aos estudos. Sem dúvida, participar do Grupo de Estudos foi o que possibilitou o ingresso no Mestrado;

À professora doutora Sabrina Celestino, pelo exemplo de pesquisadora e profissional, e pelas trocas, sempre ricas, no Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Forças Militares;

A todas as Assistentes Sociais do SESO-RJ e à toda equipe, com a qual tive o prazer de trabalhar durante os anos de Força Aérea. Em especial, à Géssica Campos Lopes e Rakina Frez Poubel, com as quais construí as primeiras inquietações desta pesquisa. Vocês foram fundamentais para este passo que ora se concretiza;

Aos professores e aos colegas de turma, por todo aprendizado construído durante este período;

Ao programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC- RJ e à coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sem os quais este trabalho não poderia ser realizado. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Aos amigos e família, de perto e de longe, que acompanharam esta etapa e contribuíram, de alguma forma, para que fosse concluída.

A todos vocês, muito obrigada!

Resumo

SOARES, Liliane Freichos Godoy; ALCHORNE, Sindely Chahim de Avellar. **PARA ALÉM DA DEFESA DA PÁTRIA: Um estudo sobre o serviço militar obrigatório frente às transformações no mundo do trabalho.** Rio de Janeiro, 2020. 105p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente estudo versa sobre o ingresso de jovens no Serviço militar obrigatório no Brasil, frente às transformações do mundo do trabalho e o cenário de aumento do desemprego e do trabalho precário, especialmente, entre a juventude brasileira. Tal cenário é inerente ao modo de produção capitalista, agravado em decorrência das transformações políticas, econômicas e sociais no Brasil e no mundo, desde as três últimas décadas do século XX. A análise histórica sobre o recrutamento no Brasil evidencia que o serviço militar não está relacionado apenas ao ato de recrutar homens para defesa de um território. As múltiplas funções exercidas pelo recrutamento, desde o século XVI, refletem relações de poder e disputas que permeiam cada contexto histórico. A fim de analisar o serviço militar obrigatório e o contexto de desemprego entre os jovens, foi realizada uma pesquisa em questionários respondidos por jovens que ingressaram no serviço militar obrigatório - SMO, no Grupo de Segurança e Defesa do Rio de Janeiro - GSD-RJ, Organização Militar da Força Aérea Brasileira - FAB, nos anos de 2016, 2017 e 2018. Observou-se, na análise dos questionários, que estes jovens desejavam o ingresso no recrutamento e que pertencem a uma classe social específica, apesar da previsão legal de todas as classes serem representadas na prestação do serviço militar. Além de características deste grupo relacionadas à escolaridade, composição e situação de trabalho familiar, a pesquisa revelou as motivações e expectativas dos recrutas em relação à Instituição militar. Apesar de não ser o único fator motivador, foi possível constatar que o interesse pelo ingresso nas Forças Armadas, ainda que de forma temporária, através do serviço militar obrigatório, não está dissociado da necessidade de ingresso ou permanência destes no mercado de trabalho.

Palavras-chave

Serviço militar obrigatório; recrutamento; juventude; mundo do trabalho; desemprego

Abstract

SOARES, Liliane Freichos Godoy; ALCHORNE, Sindely Chahim de Avellar. **BEYOND HOMELAND DEFENSE: A study on compulsory military service in face of labor world changes.** Rio de Janeiro, 2020. 105p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This study analyzes the young people admission into mandatory military service in Brazil, given the transformations in the labor world and the scenario of increased unemployment and precarious labor, especially among Brazilian youth. This scenario is inherent to the capitalist way of production, aggravated as a result of the political, economic and social transformations in Brazil and in the world since the last three decades of the 20th century. The historical analysis of recruitment in Brazil shows that military service is not only related to the act of recruiting men to defend a territory. The multiple functions performed by this instrument, since the 16th century, reflect power relations and disputes that permeate each historical context. In order to analyze mandatory military service and the context of unemployment among young people, a survey was conducted on questionnaires answered by those who entered mandatory military service - SMO, in the Rio de Janeiro Security and Defense Group - GSD-RJ, Military Organization of the Brazilian Air Force - FAB, in the years 2016, 2017 and 2018. It was observed, from questionnaires analysis, that these young people wanted to be recruited and that they belong to a specific social class, despite the legal definition of all classes being represented in the military service. In addition to the characteristics of this group related to education, composition and family employment situation, the research revealed the motivations and expectations of recruits in relation to the military institution. Despite not being the only motivating factor, it was found that the interest in joining the Armed Forces, even if temporarily, through mandatory military service, is not dissociated from their need to enter or remain in the labor market.

Keywords

Mandatory military service; recruitment; youth; labor market; unemployment

Sumário

1. Introdução	14
2. Desemprego e trabalho precário: os desafios atuais da juventude brasileira	21
2.1 Considerações iniciais sobre trabalho e desemprego no modo de produção capitalista	23
2.2 Transformações no mundo do trabalho e as especificidades do Brasil	28
2.3 Jovens brasileiros no mercado de trabalho	34
3. Recrutamento de jovens e as múltiplas funções do serviço militar brasileiro: Um olhar para a história	43
3.1 Período colonial – “o poder de fazer soldados e o de não fazê-los”	43
3.2 Guerras, escravidão e recrutamento no Período Imperial – punição e proteção	49
3.3 Período Republicano – a tarefa de “formar a nação” e a consolidação da legislação atual sobre o serviço militar obrigatório	59
4. Para além da defesa da Pátria: o ingresso de jovens no serviço militar obrigatório. Um estudo no GSD-RJ	66
4.1 Aspectos gerais sobre o ingresso de jovens no Serviço Militar obrigatório na atualidade	66
4.1.1 Etapas do serviço militar	67
4.1.2 Quantitativo de incorporados nos últimos anos	69
4.1.3 Curso de Formação de Soldados	71
4.1.4 Tempo de serviço e soldos	73
4.2 Pesquisa de campo sobre o ingresso de jovens no GSD-RJ	75

4.2.1 Descrição do campo da pesquisa	75
4.2.2 Metodologia e limitações da pesquisa de campo	76
4.2.3 Caracterização dos recrutas do Grupamento de Segurança e Defesa do Rio de Janeiro (GSD-RJ) das turmas de 2016, 2017 e 2018	77
4.2.3.1 Situação escolar	78
4.2.3.2 Experiência prévia de trabalho	81
4.2.3.3 Situação socioeconômica familiar	82
4.2.3.4 Motivação para ingresso no Serviço militar	86
4.2.3.5 Expectativas em relação à Instituição	89
5. Considerações Finais	92
6. Referências Bibliográficas	97
7. Anexos	103

Lista de siglas

BINFA	Batalhão de Infantaria
BINFAE	Batalhão de Infantaria Especial
CESD	Curso de Especialização de Soldados
CFSD	Curso de Formação de soldados
COB	Confederação Operária Brasileira
COMAER	Comando da Aeronáutica
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CPOR	Centros de Preparação de Oficiais da Reserva
CSJ	Consórcios Sociais da Juventude
DSM	Diretoria do Serviço Militar
END	Estratégia Nacional de Defesa
FAB	Força Aérea Brasileira
GAP-RJ	Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GSD-RJ	Grupo de Segurança e Defesa do Rio de Janeiro
ICA	Instruções Reguladoras das Ações do Comando da Aeronáutica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NPOR	Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OM	Organização Militar

OMA	Organização Militar da Ativa
PASIC	Programa de Ações Sociais integradas do COMAER
PLANFOR	Plano Nacional de Formação Profissional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNPE	Programa Nacional de Primeiro Emprego
Projovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PUC-RIO	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SMI	Serviço Militar Inicial
SMO	Serviço Militar Obrigatório
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERMILMOB	Sistema eletrônico de recrutamento militar e mobilização
SESO-RJ	Serviço Social do Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TG	Tiro de guerra

Lista de gráficos

Gráfico 1: Histórico de desemprego entre os jovens – comparação com a população em geral (em %).	36
Gráfico 2: Quantitativo de incorporados às Forças Armadas pelo SMO nos últimos 10 anos	70
Gráfico 3: Quantitativo de incorporados em cada Força, nos últimos 3 anos	71
Gráfico 4 – Comparativo entre os soldos de soldados, cabos e salário mínimo	74
Gráfico 5 – Grau de escolaridade dos recrutas	78
Gráfico 6 – Tipo de instituição de ensino que estuda ou estudou	80
Gráfico 7 – Experiência de trabalho anterior ao SMO	81
Gráfico 8 – Número de pessoas na residência, além do recruta	83
Gráfico 9 – Número de pessoas na residência que possuem renda, além do recruta	83
Gráfico 10 – Recrutas que contribuem com as despesas domésticas	84
Gráfico 11 – Valor mensal destinado às despesas domésticas	85
Gráfico 12 – Desejava ingressar no serviço militar obrigatório	87
Gráfico 13 – Motivo pelo qual desejava ingressar no serviço militar obrigatório	88
Gráfico 14 – Expectativas em relação à Instituição	90

Lista de quadros e figuras

Quadro 1: Valores dos soldos por posto e ano	73
Quadro 2: Plano de Assistência Social do COMAER	76
Quadro 3: Recrutas que estudavam durante a prestação do SMO, por grau de escolaridade	79
Quadro 4: Ocupação das pessoas que residem com os recrutas	84

Lista de Figuras

Figura 1: O Cabrião Nº 13, 23/dez/1866	56
Figura 2: Tela inicial da página do alistamento online	67

Introdução

A presente pesquisa está inserida na linha de pesquisa Trabalho, Políticas Sociais e Sujeitos Coletivos, do Programa de Pós-graduação do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. O intuito é refletir sobre o ingresso de jovens no serviço militar obrigatório no Grupo de Segurança do Rio de Janeiro (GSD-RJ), organização militar da Força Aérea Brasileira (FAB), localizada na área central da cidade do Rio de Janeiro, considerando a discussão atual a respeito do mundo do trabalho e o cenário de desemprego e trabalho precário entre a juventude.

No Brasil, atualmente, o modelo de alistamento e seleção ao serviço militar é referenciado pela Lei Nº 4.375, de 17 de agosto de 1964¹, e pelo Artigo 143 da Constituição Federal de 1988. Tal legislação prevê a obrigatoriedade do alistamento, em tempos de paz, a todos os jovens do sexo masculino, ao completarem 18 anos de idade.

Denominado de serviço militar inicial (SMI), possui duração normal de 12 (doze) meses, de acordo com o Artigo 6º da Lei supracitada, dos quais, os 3 (três) primeiros são destinados ao Curso de Formação dos Soldados (CFSD) – ou recrutamento. Durante o curso, jovens são denominados recrutas. Após este período, são chamados soldados.

As inquietações que motivaram a pesquisa originaram-se durante o exercício profissional como Assistente Social militar na Força Aérea Brasileira, entre o período de 2011 a 2020. Foi possível observar, através da atuação direta com os recrutas cursando o CFSD no GSD-RJ, que, apesar do alistamento ser obrigatório, a maioria dos jovens desejava o ingresso nas Forças Armadas, por meio do serviço militar inicial.

A aproximação com os recrutas suscitou as indagações iniciais da presente pesquisa: quem são estes jovens? Qual a realidade socioeconômica familiar

¹ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4375.htm Acesso em 06 de abril de 2019.

vivenciada por estes? O que motivou o desejo pelo ingresso no serviço militar obrigatório? Quais as expectativas destes jovens em relação à instituição militar?

O serviço militar obrigatório no Brasil tem sido, ao longo de toda a história, um espaço de contradições, que suscita polêmica e divide opiniões. Poucos estudos abordam, em diferentes perspectivas, o serviço militar obrigatório no Brasil nos dias atuais. Dentre eles: Celso Castro e Fernanda Chinelli (2006) realizam um interessante estudo sobre o ponto de vista dos recrutas acerca de questões atinentes ao serviço militar; João Maria de Lima (2010) reflete sobre as práticas e representações apropriadas na construção da identidade militar, analisando o serviço militar obrigatório entre os anos 2000 a 2008, na cidade de Dourados-MS; Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann (2001) discute as razões da permanência do modelo de recrutamento no Brasil à luz das premissas da democracia e defesa nacional.

Dentre as muitas abordagens possíveis e debates necessários sobre o serviço militar no Brasil, a discussão escolhida nesta pesquisa analisa este instrumento de mobilização e recrutamento de pessoal em uma perspectiva para além do seu propósito primário - a saber, a preparação de um contingente da população para a “defesa da soberania nacional”.²

O estudo empreendido neste trabalho analisou a correlação entre a prestação do serviço militar e a busca de jovens pelo ingresso formal no mercado de trabalho, a partir do pressuposto que o interesse dos jovens de determinada camada da classe trabalhadora pelo ingresso nas Forças Armadas, ainda que temporário, não está dissociado da elevação do índice de desemprego e precarização do trabalho entre os jovens no Brasil nos últimos anos.

Para analisar a situação da juventude brasileira frente ao cenário atual do mundo do trabalho, bem como ao ingresso no serviço militar obrigatório, é mister ressaltar, inicialmente, alguns aspectos a respeito do termo “juventude”. De acordo com o § 1º, do artigo 1º, do Estatuto da Juventude – Lei nº 12.582/2013, “são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos

² “O Serviço Militar Obrigatório é uma das condições para que se possa mobilizar o povo brasileiro em defesa da soberania nacional”. Estratégia Nacional de Defesa, 2012, p. 62.

de idade”. Entretanto, o conceito de juventude não é único e vai além de aspectos biológicos e cronológicos, apesar da relevância da classificação etária – principalmente neste trabalho, devido ao corte de idade para ingresso no serviço militar obrigatório.

Segundo Frigotto (2004), muitos autores alertam que o correto seria utilizar o termo juventudes – no plural – dada tamanha diversidade e complexidade de experiências e sociabilidades vivenciadas por diferentes sujeitos que compõem este grupo, ao considerar aspectos de classe, etnia, raça, gênero, dentre outros. Há, nos campos da antropologia, psicologia e sociologia, diversas pesquisas que permitem desvendar as juventudes nestes e em outros aspectos³.

No mundo contemporâneo, a inserção da juventude na agenda da intervenção social se deu em duas frentes, de acordo com Aquino (2009). A primeira relaciona a juventude à uma fase problemática, mais propensa a delinquência, comportamentos de risco, violência. Em contrapartida, na segunda, a fase da juventude é caracterizada como um momento de transição da infância para a vida adulta, sendo passagem da escola para o mundo do trabalho uma das características desta transição. Porém, este ingresso não se dá da mesma forma para todos os jovens. A autora afirma:

Aqueles [jovens] de origem social privilegiada adiam a procura por colocação profissional e seguem dependendo financeiramente de suas famílias, com isso, ampliam a moratória social que lhes foi concedida, podendo, entre outras coisas, estender sua formação educacional, na perspectiva de conseguir inserção econômica mais favorável no futuro. Os demais, que se veem constrangidos a trabalhar e, em grande parte das vezes, acabam se submetendo a empregos de qualidade ruim e mal remunerados, o que em algum grau, também os mantém dependentes de suas famílias, ainda que estas lidem com isto de forma precária (AQUINO, 2009, p.27).

Desta forma, na tratativa acerca do mundo do trabalho, a abordagem de classe é fator determinante, uma vez que o momento e a condição da inserção dos jovens

³ Por exemplo: PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Sociológica*, v. 25, n. 105-106, 1990; GROPPPO, L. A. Juventude: ensaios de sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000. GONZALEZ, 2009; ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (Org.). Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 37-73; ABRAMO, Helena Wendel. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, M. V. (Org.). Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005b. Cap. 2, p. 19-35.

no mercado de trabalho estão intrinsecamente relacionados à qual fração de classe esses jovens pertencem. Nas palavras de Pochmann (2004, p. 239), “a crise do trabalho rebate sobre a juventude diferenciadamente quando analisada do ponto de vista de uma sociedade de classes”. Da mesma forma, o ingresso no serviço militar obrigatório é, historicamente, relacionado à classe social.

Não é possível desconsiderar, no entanto, que a crise atual do trabalho, materializada em desemprego e trabalho precário e desprotegido são expressões da chamada “questão social”⁴, entendida, sinteticamente, como as desigualdades sociais inerentes ao (e decorrentes do) modo de produção capitalista, e que têm sido aprofundadas e legitimadas nas últimas quatro décadas por todo o mundo. Por conseguinte, o interesse de jovens pelo serviço militar atualmente não pode ser analisado desconsiderando as relações sociais no capitalismo, tampouco das configurações assumidas pelas políticas sociais no neoliberalismo.

O caminho percorrido neste trabalho aborda estes dois cenários – a situação atual de desemprego entre os jovens e o recrutamento ao serviço militar obrigatório, a fim de permitir a melhor compreensão e averiguação da hipótese de correlação entre eles. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental, e com uso de fontes secundárias. Abaixo segue a divisão dos capítulos como um panorama do trabalho.

O primeiro capítulo corresponde a esta breve introdução a respeito do assunto, onde constam a motivação da pesquisa, a relevância do tema, os objetivos, a metodologia e alguns conceitos iniciais.

No segundo capítulo, intitulado “Desemprego e trabalho precário: os desafios atuais da juventude brasileira” é feita uma breve explanação acerca do trabalho e desemprego no modo de produção capitalista, com base nas obras de Karl Marx (1968), e de outros autores, à luz da teoria social crítica, além de um contraponto

⁴ Sobre “questão social” ver IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001. IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de Capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007. NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001. SANTOS, Josiane Soares. “Questão Social” particularidades no Brasil. Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social. SP, Cortez, 2017

com outras teorias econômicas que intencionaram explicar a questão do desemprego, como keynesianismo e a economia clássica.

Neste capítulo são elucidadas, também, as transformações no mundo do trabalho e as especificidades do Brasil, a partir dos principais autores desta temática: Ernest Mandel (1985), e as proposições sobre o capitalismo tardio; István Meszáros (2009), na análise sobre aspectos da crise estrutural do capital; José Paulo Netto e Marcelo Braz (2007), que expõem os processos de reestruturação produtiva a partir da década de 1970; Mônica Alencar (2011), que destaca acerca do desemprego contemporâneo; Ricardo Antunes (1996 e 2011), Giovanni Alves (2003), dentre outros, que contribuem com a realidade do mundo do trabalho e das políticas sociais atualmente no Brasil.

Tais exposições trazem elementos essenciais para a análise da inserção dos jovens brasileiros no mundo do trabalho, assunto principal deste mesmo capítulo. Gaudêncio Frigotto (2004), Marcio Pochmann (2007), Consuelo Quiroga (2002) são alguns dos autores utilizados para a abordagem deste tema, bem como, o levantamento de dados sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho no Brasil, com base nas estatísticas e censos demográficos publicados por órgãos oficiais, como Organização Internacional do Trabalho (OIT), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Por fim, são levantadas algumas ações direcionadas à juventude no Brasil.

O terceiro capítulo, intitulado “Recrutamento de jovens e as múltiplas funções do Serviço militar brasileiro: um olhar para a história” resgata a história do recrutamento no Brasil, a fim de identificar as funções exercidas por este instrumento, bem como, os grupos aos quais fora direcionado o serviço militar, desde o século XVI.

Cabe pontuar, que a história militar do Brasil não está dissociada da própria história do país e de sua formação social. Tradicionalmente vinculada aos períodos de guerras e conflitos e com uma leitura realizada pelos próprios militares ou,

ocasionalmente, admiradores civis, a história militar brasileira tem mergulhado em uma nova tendência, desde a década de 1990⁵.

O fim da ditadura civil-militar⁶ tornou possível uma maior abertura acadêmica e acesso a fontes militares por historiadores e antropólogos brasileiros e estrangeiros, o que possibilitou novas direções de pesquisa e novas interpretações. Para além do estudo de batalhas, táticas e biografias dos principais militares, a chamada “nova história militar”⁷ enfatiza a interação entre as Forças Armadas e a sociedade – de onde provêm os soldados e oficiais que as compõem – perpassando pelos cenários econômico, social e político e intrinsecamente conectado à formação do Estado brasileiro e à divisão das classes sociais.

Nesta lógica, inúmeros estudiosos analisaram o recrutamento e sua repercussão na sociedade em diferentes períodos da história do Brasil. Dentre eles, José Murilo de Carvalho (2005), Christiane Figueiredo Pagano de Mello (2009), Celso Castro (2004, 2012), Hendrik Kraay (1996, 2002), Vitor Izecksohn (2004), Marcos Vinícius Luft (2011), dentre outros.

O que mais impressionou os historiadores que pesquisam o final do período colonial e o século XIX foi a grande quantidade de documentação sobre o recrutamento guardada nos arquivos estaduais. O “tributo de sangue” incidiu pesadamente sobre a sociedade, especialmente durante os períodos de guerra, acarretando disputas amargas entre as autoridades provinciais, os potentados locais e a população pobre e livre. A capacidade (muitas vezes, a incapacidade) de recrutar marcou os limites do poder do Estado e da força dos poderes privados até o século XX. Tal como exemplificado pelas Forças Armadas, a ação do Estado se dava de forma arbitrária (geralmente brutal), mas raramente eficaz de gerar acatamento e respeito pelos súditos (depois cidadãos) espalhados pelo país. (CASTRO, IZECKSOHN, KRAAY, 2004: p. 26)

Tendo por base tais estudos, é possível constatar as diversas alterações quanto à maneira de ingresso e seleção de pessoal no serviço militar. Apesar de o Brasil só possuir, oficialmente, uma Força Armada a partir do Século XIX, mais precisamente com independência do Brasil de Portugal – não podemos desconsiderar algumas características do recrutamento militar também durante o período colonial, uma vez que os conflitos durante este período impulsionaram uma

⁵ O livro intitulado *Nova História Militar Brasileira* (2004), organizado por Celso Castro, Vitor Izecksohn, Hendrik Kraay e é resultado desta nova tendência.

⁶ O período de vigência centralizadora do governo militar no Brasil se estendeu entre 1964 a 1985.

⁷ Castro, Izecksohn, Kraay (2004).

militarização de determinados grupos da população. O que importa salientar é quem foram os grupos recrutados e como se deu esta convocação. Tais elementos são essenciais para a análise do serviço militar em toda a história, inclusive nos dias atuais, e refletem relações de poder e hierarquização da sociedade.

No quarto capítulo, “Para além da defesa da Pátria: o ingresso de jovens no serviço militar obrigatório. Um estudo no GSD-RJ”, são apresentados os resultados da pesquisa. Inicialmente, é apresentado um quadro geral do serviço militar no Brasil atualmente, englobando os dados comuns às três Forças, a respeito das etapas que compõem o serviço militar obrigatório, o quantitativo de incorporações nos últimos 10 anos, características do curso de formação de soldados, e tempo de serviço e soldos. As informações constantes neste item foram extraídas do portal Dados Abertos, bem como das legislações em vigor, dos endereços eletrônicos oficiais do Ministério da Defesa e das Forças Singulares, além da experiência própria, como oficial da Força Aérea Brasileira durante nove anos.

Em seguida, serão expostos os resultados da pesquisa realizada em questionários respondidos por 646 jovens do sexo masculino, com idade entre 18 e 20 anos durante a realização do CFSD, no Grupo de Segurança e Defesa do Rio de Janeiro nos anos de 2016, 2017 e 2018.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, o presente estudo busca apresentar subsídios para análise do ingresso de jovens no serviço militar obrigatório como forma de inserção no mercado de trabalho formal, frente ao cenário atual de aumento do desemprego e intensificação da precarização do trabalho - fenômenos indissociáveis do capitalismo no Brasil, porém, que assumem proporções maiores, dadas as transformações ocorridas nas últimas décadas.

O objetivo, no entanto, não é defender o acesso ao mundo do trabalho via militarização das políticas, mas analisar o serviço militar hoje no Brasil para além dos objetivos de defesa da Pátria, o que, para alguns jovens, pode representar a única proposta oficial, sistemática e contínua do Estado Brasileiro no que tange à inserção no mercado de trabalho.

Desemprego e trabalho precário: os desafios atuais da juventude brasileira

Sem trabalho eu não sou nada
Não tenho dignidade
Não sinto o meu valor
Não tenho identidade
Mas o que eu tenho
É só um emprego
E um salário miserável
Eu tenho o meu ofício
Que me cansa de verdade
Tem gente que não tem nada
E outros que tem mais do que precisam
Tem gente que não quer saber de trabalhar
(...) E quando chega o fim do dia
Eu só penso em descansar
E voltar pra casa pros teus braços
Quem sabe esquecer um pouco
De todo o meu cansaço
Nossa vida não é boa
E nem podemos reclamar
(Música de Trabalho - Legião Urbana⁸)

O trecho da “Música de Trabalho”, composta e interpretada por uma banda de jovens da classe média – popular no Brasil nas décadas de 1980 e 1990 – aborda o trabalho como instrumento de dignidade, identidade e valorização. Ao mesmo tempo, trata o emprego como cansativo, com baixo salário, fonte de frustração. Esta visão exemplifica alguns dilemas da sociedade contemporânea, pautada pelo modo de produção capitalista.

Apesar de trabalho e emprego serem, frequentemente, utilizados como sinônimos, são categorias distintas. O trabalho é a atividade inerente à condição humana, de transformação da natureza – e de si próprio – para satisfação de necessidades, ou seja, a “condição natural da existência humana, uma condição do metabolismo entre homem e natureza, independentemente de qualquer forma social” (Marx, 1968, p. 142). É o que transforma o homem em ser social. Enquanto

⁸ Legião Urbana. Música de Trabalho. Álbum: A tempestade ou o livro dos dias. EMI-ODEON, 1996.

o emprego é a venda da força de trabalho – esta como mercadoria, pautada nos moldes capitalistas de produção e apropriação do trabalho.

O significado e o sentido do trabalho sofreram profundas modificações, quando subordinados à lógica do mercado. Isto porque, no contexto capitalista, há uma tendência a

reduzir o **trabalho**, de atividade humana vital – forma de o ser humano criar e recriar seus meios de vida – a **emprego**, forma específica que assume predominantemente o trabalho sob o capitalismo: compra e venda de força de trabalho. (FRIGOTTO, 2004, p. 181, grifos nossos).

Desta forma, as relações sociais de exploração da força de trabalho são reificadas, ou seja, reduzidas a trocas entre mercadorias, ocultando “que o mercado de trabalho resulta de relações sociais, relações de força e de poder vinculadas a interesses de grupos e frações das classes sociais”. (Frigotto, 2004, p. 182).

Ao nos referirmos à expressão “mundo do trabalho” o intuito não é simplificar o conceito desta categoria ao papel de mercadoria que assume na sociedade contemporânea, mas enfatizar que o trabalho ocupa lugar central na vida dos indivíduos, na forma de organização da sociedade, nas relações sociais.

Este “mundo” sofreu diversas transformações nas últimas décadas, que serão abordadas sinteticamente ao longo deste capítulo, e impactam diretamente a classe trabalhadora – principalmente a juventude, no que tange ao ingresso no “mercado” de compra e venda da força de trabalho.

Para melhor compreender o serviço militar obrigatório frente às transformações no mundo do trabalho, é imprescindível realizar um breve resgate acerca do trabalho no modo de produção capitalista e das transformações ocorridas nas últimas décadas, bem como o impacto deste cenário na juventude, que se traduz em desemprego e trabalho precário.

2.1.

Considerações iniciais sobre trabalho e desemprego no modo de produção capitalista

O modelo de sociedade capitalista, à luz da teoria social crítica⁹, constitui-se um processo histórico de separação do produtor dos meios de produção – através da expropriação da terra pertencente à população rural. Este processo, denominado acumulação primitiva (Marx, 1968, p. 830), se dá na transição do sistema feudal¹⁰, e é condição para o desenvolvimento do capitalismo, apresentando-se de forma e em épocas distintas em cada país.

O capitalismo baseia-se, portanto, na divisão entre as classes – dos que vendem a força de trabalho como única alternativa de sobrevivência, uma vez que lhes foram tomadas todas as outras condições para tal; e dos que monopolizam, de forma privada, a terra e os meios de produção. Expropriados dos meios de sobrevivência e obrigados a venderem a si mesmos, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que considera naturais as condições impostas pelo trabalho assalariado.

O sentido de expropriação em Marx era retirar dos trabalhadores o único meio de subsistência de que dispunham a fim de obrigá-los a vender sua força de trabalho e participar “livremente” do processo de acumulação. A acumulação primitiva é o processo histórico que transforma os produtores em trabalhadores “livres”, obrigados a venderem sua força de trabalho, ou seja, se submeterem ao assalariamento capitalista para assegurar sua subsistência. Se, por um lado, os liberta da servidão e da coação corporativa, por outro, rouba dos trabalhadores “seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas instituições feudais”(Marx, 1984[1867],p.262).(...) A expropriação não só dos ‘meios de produção’, mas também “de todas as garantias de existência” é, para Marx, o ponto de partida do desenvolvimento que permitiu tanto o estabelecimento do assalariamento, quanto do capitalista. (BOSCHETTI, 2018, p.151).

Neste processo, os meios sociais de subsistência e de produção são transformados em capital, e a força de trabalho, em mercadoria. Entretanto, a força de trabalho é uma mercadoria “especial”, como sinalizam Netto e Braz (2007). Ela

⁹ A teoria social crítica possui como foco o homem em sua condição de classe.

¹⁰ Segundo o historiador francês Jacques Le Goff feudalismo é: “um sistema de organização econômica, social e política baseado nos vínculos de homem a homem, no qual uma classe de guerreiros especializados – os senhores –, subordinados uns aos outros por uma hierarquia de vínculos de dependência, domina uma massa camponesa que explora a terra e lhes fornece com que viver”. LE GOFF, Jacques. Para um novo conceito de Idade Média. Lisboa: Ed. Estampa, 1980.

cria valor. Nas palavras destes autores, “ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa”. (Netto e Braz, 2007, p. 100).

Isto ocorre porque, ao vender sua força de trabalho como mercadoria, o trabalhador “livre” recebe em troca pequena parcela do que foi produzido, sob a forma de salário. O excedente¹¹ do que o trabalhador produz é apropriado pelo capitalista, que reinveste uma parte na ampliação da escala da produção, a fim de diminuir o tempo e os recursos necessários para tal (inclusive e principalmente em mão de obra), objetivando maiores taxas de lucro¹².

Em linhas gerais, segundo Marx (1968), o capital é composto por duas frações: capital constante, que é o valor investido nos meios de produção – trabalho morto; e capital variável, que é empregado para o pagamento de salários da força de trabalho – trabalho vivo. Este último é o que produz valor excedente e possibilita a reprodução ampliada do capital, ao ser empregado em trabalho morto, em detrimento do trabalho vivo, a fim de diminuir o tempo e recursos necessários à produção, conforme supracitado.

Desta forma, a acumulação através da exploração da força de trabalho, propicia a continuidade e aumento da produção e, concomitantemente, diminui a quantidade de força de trabalho necessária. Nas palavras de Marx:

Com a magnitude do capital social já em funcionamento e seu grau de crescimento, com a ampliação da escala de produção e da massa de trabalhadores mobilizados, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, com o fluxo mais vasto e mais completo dos mananciais da riqueza, amplia-se a escala em que a atração maior dos trabalhadores pelo capital está ligada à maior repulsão deles. Além disso, aumenta a velocidade das mudanças na composição orgânica do capital e na sua forma técnica, e número crescente de ramos de produção é atingido, simultânea ou alternativamente, por essas mudanças. Por isso, a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. (MARX, 1968, p. 732)

¹¹ A jornada de trabalho é composta pelo “tempo de trabalho necessário”, que é o equivalente ao salário que o trabalhador recebe; e “tempo de trabalho excedente”. A relação entre estas duas partes compõe a taxa de mais-valia, ou seja, a taxa de exploração do trabalho pelo capital. (Netto e Braz, 2007, p.107).

¹² Neste caso, observa-se uma estratégia para aumentar o valor excedente que é a mais-valia relativa – que se realiza ao diminuir o tempo e recursos necessários para a produção, mantendo a mesma jornada de trabalho. Quando há aumento da jornada de trabalho sem alteração salarial, visando aumentar a produção, tem-se a mais valia absoluta. (Netto e Braz, 2007, p. 108 e 109)

Esta população supérflua salientada pelo autor, é a principal consequência e um componente necessário aos moldes da acumulação capitalista: a formação de um grande contingente de trabalhadores que não conseguem vender sua força de trabalho. Chamado de exército industrial de reserva¹³, estes desempregados desempenham uma função primária ao capitalismo, que é a de pressionar os salários para baixo, ao colaborar para o enfraquecimento das frentes de luta da classe trabalhadora no processo de correlação de forças entre as classes¹⁴. Devido à constante concorrência, dada a existência desta superpopulação relativa, o trabalhador sujeita-se ao trabalho excessivo e a às exigências do capital.

A premissa de que o desemprego é inerente ao modo de produção capitalista, desconstrói a ideia de que o investimento em meios de produção através do avanço da tecnologia seja, por si só, o fator causador de força de trabalho supérflua. Alencar (2011) elucida, à luz das obras dos autores Marx e Mandel, que o desemprego é elemento intrínseco da acumulação capitalista e da luta de classes e não consequência inevitável de um “determinismo tecnológico”.

Tal abordagem constitui-se em um determinismo tecnológico que, supondo ser o fenômeno do desemprego uma decorrência direta das inovações tecnológicas, oculta as determinações históricas e sociais relacionadas às tentativas de saída do capital de sua própria crise. Embora haja no mundo contemporâneo uma coincidência entre incremento tecnológico e desemprego estrutural, a perda de postos de trabalho não pode ser considerado uma consequência inevitável do uso da tecnologia. (ALENCAR, 2011, p.98)

A mesma autora salienta que a inovação tecnológica exerce influência sobre a quantidade e qualidade do emprego, porém o resultado desta influência é uma escolha social. Poderia significar “mais emprego, consumo, tempo livre ou desemprego, precariedade e intensificação do trabalho” (Alencar, 2011, p. 99).

¹³ “Constitui um exército industrial de reserva, um contingente disponível, que pertence ao capital de modo tão absoluto como se tivesse disso criado e se mantivesse às suas custas. Oferece-lhe o material humano disposto a ser sempre explorado, à medida que o exijam suas necessidades variáveis de exploração e, além disso, independente dos limites que o aumento real da população lhe possa opor”. (Marx, 1968, p.535)

¹⁴ Mandel (1982) salienta que, ao desmobilizar sindicatos e organizações de luta da classe operária, é possível ao capital: “1) utilizar a pressão do desemprego para ocasionar uma redução considerável nos salários reais; 2) impedir o retorno dos salários a seu nível anterior mesmo na fase de oscilação ascendente que sucede a uma crise, isto é, reduzir a longo prazo o valor da mercadoria força de trabalho; 3) forçar o preço da mercadoria força de trabalho até um nível abaixo desse valor diminuído, por meio de manipulações, deduções e fraudes de todo tipo; 4) conseguir simultaneamente uma expansão considerável na intensidade social média do trabalho e mesmo tentar, em termos tendenciais, o prolongamento da jornada de trabalho. O resultado de todas essas modificações só pode ser um aumento rápido e maciço na taxa de mais-valia” (Mandel, 1982, p.111).

Estas últimas são o que tornam possível a valorização do capital e aumento da riqueza – através da extração de mais-valia relativa¹⁵ e, contraditoriamente, proporcionam o aumento da pobreza ao diminuir a necessidade de trabalho vivo. A lógica deste modelo envolve, portanto, simultaneamente, grande crescimento da riqueza e grande crescimento da pobreza.

Evidencia-se, assim, que o desemprego não é resultado de ações (ou a falta delas) de modo individual, tampouco representa uma anomalia. É inerente a este modo de acumulação e atua como fator determinante à reprodução da exploração, conforme explicitado por Marx (1968) na “lei geral de acumulação capitalista”:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e conseqüentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com a potência da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. (MARX, 1968, p. 756)

Outras teorias a respeito do desemprego, como a da economia clássica e a keynesiana, diferem completamente das proposições apresentadas por Marx, e às quais corroboramos neste trabalho. Sem o intuito de aprofundar em tais teorias, cabe pontuar, resumidamente, alguns argumentos que as embasam.

A explicação para a existência do desemprego por parte dos economistas clássicos¹⁶ é pautada pela lógica da chamada Lei de Say ou Lei dos mercados, que diz que “a oferta cria a sua própria procura”¹⁷, ou seja, a produção é o que cria o

¹⁵ Conforme nota de rodapé 12, a mais-valia relativa refere-se à intensificação da produção através da diminuição do tempo e recursos necessários.

¹⁶ Os principais autores na economia clássica são Adam Smith, David Ricardo, James Mill, dentre outros.

¹⁷ “Na verdade, como observa Marx (1980), a Lei dos Mercados foi originalmente formulada por James Stuart Mill pai de John Stuart Mill. Mesmo que a história econômica tenha dado a Lei dos Mercados o nome de Say, o enunciado do axioma deve tanto ou mais a James Mill (1808, p.81–83) que a formulou pela primeira de forma clara e dogmaticamente assim: ‘A produção de mercadorias é a causa universal e única que cria um mercado para as mercadorias produzidas (...) A capacidade aquisitiva de uma nação é medida exatamente por sua produção anual. Quando mais se aumenta a produção anual mais se aumentará, por esse motivo, o mercado anual (...) A procura de uma nação é sempre igual a produção dessa nação’”. (Carvalho e Carvalho, 2013, p.48 e 49). A proposição de Jean –Baptiste Say (1983) foi a seguinte: “É bom observar que um produto acabado oferece, a partir deste instante, um mercado para outros produtos equivalentes a todo o montante de seu valor. Com efeito, quando o último produtor acabou um produto, seu maior desejo é vendê-lo para que o valor

consumo. Acreditam, estes economistas, que o mercado tende ao pleno emprego, em um equilíbrio automático, regido pela “mão invisível”¹⁸. Tal corrente “desconsidera a existência de crises de superprodução (...) e faz o sistema capitalista parecer um modo de produção eficiente” (Carvalho e Carvalho, 2013, p.50). Para esta vertente, sendo equilibradas a oferta e a demanda, não há excedente de produção, tampouco de renda.

Para essa corrente, com o mercado em funcionamento, portanto, não haveria o desemprego involuntário – apenas os de aspecto transitório ou voluntário. Nesta ótica, fatores que interferissem no funcionamento do mercado seriam os causadores de desemprego involuntário, como sindicatos, leis e regulamentações trabalhistas e intervenções governamentais. O salário mínimo, por exemplo, pode ser um fator de geração de desemprego, caso esteja estipulado acima do equilíbrio.

Outra explicação para a questão do desemprego foi elaborada por John Maynard Keynes, criador da Teoria Macroeconômica, cujo pensamento influenciou a dinâmica do capitalismo em diversos países no século XX – como será abordado no tópico a seguir.

A perspectiva de Keynes sobre o desemprego involuntário diverge dos economistas clássicos – apesar de manter diversas proposições daquele modelo – pois para ele, o desemprego surge por deficiências de demanda efetiva para absorver toda a produção. Não havendo a expectativa de consumo, não há contratação de força de trabalho para a produção. A solução, para Keynes, é a intervenção estatal em juros e impostos, além da rigidez salarial, visando garantir a demanda para os insumos produzidos.

desse produto não fique ocioso em suas mãos. Por outro lado, porém, ele tem igual pressa em desfazer-se do dinheiro que sua venda lhe propicia, para que o valor do dinheiro tampouco fique ocioso. Ora, não é possível desfazer-se do dinheiro, senão comprando um produto qualquer. Vê-se, portanto, que só o fato da criação de um produto abre, a partir desse mesmo instante, um mercado para outros produtos.” (Say, 1983 apud Carvalho e Carvalho, 2013, p.49)

¹⁸ “Termo cunhado por Adam Smith para indicar o processo de mercado que coordena de forma invisível as ações e decisões individuais que asseguram a consistência dos planos de cada agente econômico de produção e de consumo em uma economia descentralizada. O sistema de mercado funciona de tal forma que poderia ser comparado a uma mão invisível que coordena todo o processo em benefício da coletividade”. (Lacombe, 2009 apud Mendes, 2015, p. 46)

2.2

Transformações no mundo do trabalho e as especificidades do Brasil

As contradições do modo de produção capitalista, inclusive a questão do desemprego, pareciam solucionadas durante o período que alguns economistas denominam como “anos dourados” (Netto e Braz, 2007), que compreende o período entre o final da Segunda Guerra Mundial – 1945, até o início da década de 1970.

Nestas décadas, o capitalismo experimentou um grande crescimento econômico, sustentado pelo modelo taylorista-fordista de produção em massa¹⁹ e um Estado Keynesiano, que intervinha na economia, a fim de assegurar as condições de produção e acumulação, e também, na preservação da força de trabalho, através do reconhecimento dos direitos sociais e consolidação das políticas sociais, resultado de pressão da classe trabalhadora. A chamada “onda longa expansiva” (Mandel, 1985) foi caracterizada, pela presença de vários modelos de Estado de Bem-Estar Social (Welfare State), nos países centrais, uma “sensação de pleno emprego” e pela extensão universal, não só do modo de produção, mas de uma ideologia e estilo de vida.

A chamada “onda longa expansiva” (Mandel, 1985) teve seu esgotamento no final da década de 1970. Deflagrada pelo colapso do sistema financeiro mundial e alta do preço do Petróleo, e manifestada através da redução do crescimento e queda das taxas de lucro, iniciava-se uma crise que culminou em profundas mudanças no modo de produção, nas relações de trabalho e na forma de intervenção estatal.

O modelo fordista-keynesiano demonstrou-se incapaz de responder à crise, como sinaliza Harvey (1992), dada a rigidez nos investimentos, no padrão de produção e consumo em massa e forte intervenção estatal. Netto e Braz (2007) sintetizam que a resposta do capital à crise baseou-se no tripé: reestruturação produtiva, financeirização da economia e ideologia neoliberal. O objetivo das transformações implementadas foi, portanto, a criação de novas formas de exploração da classe trabalhadora, substituindo o discurso do pleno emprego dos

¹⁹ Padrão baseado na produção em massa de mercadorias, de forma homogeneizada e verticalizada. Estrutura-se na divisão entre trabalho intelectual e trabalho operário e promove a fragmentação das tarefas, reduzindo a produção a um conjunto de atividades repetitivas e mecanizadas.

“anos dourados” por redução salarial e precarização do emprego, a fim de superar a queda da taxa de lucro. (Netto e Braz, 2007).

Observa-se diversas mudanças no padrão produtivo a partir de uma nova proposta baseada na flexibilização – não só da produção, mas também do consumo, das relações de trabalho e nas formas de contratação – e na desregulamentação do mercado²⁰ e dos direitos trabalhistas.

A acumulação flexível (...) se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1992, p. 140)

Na esfera da produção, observa-se um aumento da taxa de lucro a partir do crescimento da produtividade, com o uso de novas tecnologias. Na esfera da circulação, há um reordenamento do mercado consumidor, que influencia novas formas de concorrência entre as empresas. Na esfera sócio-política e institucional, são demandadas reformas e mecanismos para promoção da adesão e do consentimento²¹ dos trabalhadores, dadas as novas modalidades de controle do capital sobre o trabalho (Mota, 2008).

Todas as mudanças se dão em prol da flexibilização nos processos e nas condições de trabalho, e alteram significativamente a formação do trabalhador coletivo através de desemprego, terceirização, precarização do trabalho e dos vínculos formais de trabalho. (Mota, 2008).

Netto e Braz (2007) corroboram a análise, apontando que há uma redução do proletariado fabril estável, e, em contrapartida, um aumento da terceirização, reforçando a precarização das relações trabalhistas.

Valência (2015) aponta que a *precariedade* é uma condição inerente ao trabalho assalariado no capitalismo. No entanto, tal condição é aprofundada e

²⁰ Harvey (1993 p.150) aponta a desregulamentação como outro slogan político da era da acumulação flexível, e significou aumento da monopolização em diversos setores.

²¹ A autora destaca que a adesão e o consentimento dos trabalhadores referem-se ao que Gramsci pontuou como “criar um novo tipo humano, correspondente a um novo tipo de trabalho e de processo produtivo” (Gramsci 1988: 382 in Mota, 2008: 28)

atualizada através de leis, normas de trabalho, reestruturação dos processos de organização e produção – fenômeno chamado pelo autor supracitado como *precarização*. Trata-se, neste período, da combinação entre o esgotamento do fordismo/keynesianismo e das lutas de classe.

Antunes sintetiza da seguinte forma:

A classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais. Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “polivalente e multifuncional” da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de part-time, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando desemprego estrutural. (ANTUNES, 2011, p.198)

A reestruturação produtiva redefine socialmente o processo de produção de mercadorias, não se caracterizando apenas por mudanças técnicas nos processos de trabalho, mas transformações nas relações sociais. Em sua análise, Harvey (1992) aponta para uma flexibilização que afeta a lógica cultural da sociedade, disseminando novos valores que deem coesão a este novo modo de viver em uma sociedade flexibilizada, interferindo na compressão da relação tempo-espço.

É importante ressaltar que o papel da revolução tecnológica neste processo de reestruturação não configura o fator determinante do aumento do desemprego, conforme argumentado no tópico anterior. Apesar da inserção de novas tecnologias diminuir a necessidade do trabalho vivo e, em contrapartida, demanda exigências específicas à força de trabalho envolvida na produção,

o atual aumento do desemprego é um processo social, não tecnológico. Vem estimulado pela necessidade capitalista de gerar reservas de desempregados, pressionar em direção do barateamento dos salários, aumentar a taxa de mais-valia e assim restabelecer uma taxa de benefício ascendente de longo prazo. A nova população flutuante, latente e estacionária de homens sem trabalho não é requisito da informática, mas do capital (COGGIOLA, 1996, p.86 apud ALENCAR 2011, p. 118).

Mészáros (2009) aponta que a subordinação cega das tecnologias e do trabalho aos interesses do capital favorece o desemprego maciço, que na sociedade contemporânea é um fenômeno permanente.

Este panorama acerca das transformações do mundo do trabalho é importante para compreensão do quadro geral e das influências no Brasil, mas é importante destacar que a “universalização” explanada nos parágrafos anteriores não significou a padronização deste modelo em todos os países no mesmo tempo e espaço, tampouco expressou ausência de adaptações e reconfigurações, de acordo com cada realidade. O Brasil, por exemplo, experimentou um fordismo periférico, nos termos de Lipietz (apud Ferreira, 1993, p.14).

Desenvolvido de forma incompleta e precária e atingindo poucos setores da indústria, o fordismo brasileiro apresentou um caráter excludente, tanto do mercado de trabalho quanto do de consumo, no qual, o desemprego e a precarização do trabalho, sobretudo, o trabalho informal são estruturantes e universalização do trabalho assalariado nunca ocorreu.

A ausência de um Estado de Bem-Estar Social, como ocorreu nos países centrais, potencializou a reprodução de um mercado de trabalho desorganizado e informalizado. Santos (2012) afirma que o desemprego assume, portanto, um caráter de componente estrutural do fordismo brasileiro, ao contrário do “pleno emprego” do fordismo clássico.

No caso brasileiro, produziu-se um "Estado de mal estar social" (conforme denominou Francisco de Oliveira), caracterizado por um Estado privatizado, onde os fundos públicos são apropriados pelo capital, seja na forma de políticas de subsídios, incentivos fiscais, transferências de custos, seja na forma ilícita e corrupta de uso da máquina estatal por segmentos fortes do capital. (BORGES e DRUCK, 1993, p.29)

O próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil apresenta particularidades ao caracterizar-se por seu caráter periférico e dependente, conforme pontua Florestan Fernandes (1987), subordinado aos interesses dos países centrais.

dependência e subdesenvolvimento não foram somente “impostos de fora para dentro”. Ambos fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica.(FERNANDES, 1987, p. 223).

Além disso, no Brasil, o processo de reestruturação produtiva interferiu, em maior escala, no campo das relações de trabalho e nas formas de sociabilidade. Por não se configurar um país com concentração de grandes polos industriais,

A marca da reestruturação produtiva no Brasil é a redução de postos de trabalho, o desemprego dos trabalhadores do núcleo organizado da economia e a sua transformação em trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem carteira assinada, desempregados abertos, desempregados ocultos por trabalho precário, desalento, etc. (...) esta estratégia consolida-se, no Brasil, como estruturadora de uma cultura moderna, tendo como principais vetores a competência e a eficiência do setor privado, a (des)responsabilização do Estado com a proteção do trabalho, a empregabilidade e as parcerias do capital com o trabalho, concretizando a difusão massiva de ideias e valores que reconceituam as reivindicações e conquistas históricas da classe trabalhadora. (MOTA, 2008 p. 35)

As principais mudanças no mundo do trabalho e um aprofundamento das desigualdades sociais, no Brasil, ocorreram a partir da década de 1990 – a “década neoliberal”, como denomina Alves (2003). Sustentado na lógica do mercado como regulador social, este modelo defende um Estado mínimo, claramente contrário às políticas interventivas keynesianas.

O neoliberalismo, aliado às mudanças estruturais do capitalismo mundial, engendra novas formas de exploração e precarização da classe trabalhadora, a fim de corroborar com a flexibilização advinda da reestruturação produtiva, visando a retomada dos lucros. Os ideários neoliberais promovem a valorização do esforço individual e da meritocracia, desconsiderando a desigualdade social como fenômeno inerente à ordem capitalista.

Além disso, os direitos sociais, fruto das conquistas da classe trabalhadora são apontados como uma das causas da crise do Estado, que precisa diminuir significativamente os “gastos sociais”. Desta forma, há uma desregulamentação destes direitos sociais, através de uma cultura de naturalização das desigualdades e transferência da intervenção social ao mercado e à sociedade civil.

O ajuste estrutural de natureza neoliberal não apenas não resolveu os antigos problemas sociais como ainda gerou novos, em especial no que diz respeito ao mundo do trabalho, com uma precarização e um desemprego crescentes. Isto gera uma perversa superposição, onde pobreza e desigualdade social assumiram uma também crescente complexidade, agregando “novos pobres” ao contingente dos “antigos pobres” ou miseráveis. (SOARES, 2002, p.7)

Há, neste contexto, uma reconfiguração das políticas sociais, condicionando-as à lógica orçamentária, subordinando-as à estabilização da economia com redução dos gastos públicos e perspectivas privatizadoras. Nota-se uma tendência à mercantilização do atendimento às necessidades sociais. O resultado é um aprofundamento das desigualdades sociais em decorrência da intensificação da informalidade, precarização e o desemprego, que marcam a atualidade do mercado de trabalho.

A lei da terceirização, aprovada em março de 2017, e a “Reforma” Trabalhista em vigor no Brasil desde novembro de 2017²², representam exemplos claros de precarização das relações de trabalho e de subtração dos direitos trabalhistas sob o pretexto de gerar mais empregos. A “reforma” – entre aspas, pois não caracteriza melhorias como este substantivo sugere – provocou alterações na forma de contratar e demitir. Nos regimes de contratação, o trabalho intermitente foi uma das principais mudanças, possibilitando contrato por horas trabalhadas, sem jornada mínima.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a taxa de desemprego no Brasil, no ano de 2017, foi a maior dos seis anos anteriores²³. O Instituto afirma que mais de 27,7 milhões de pessoas no Brasil estavam sem emprego.

Destas, cerca de 13,7 milhões procuraram emprego nos 30 dias anteriores à pesquisa, mas não encontraram – grupo a quem o IBGE classifica como desocupados /desempregados. 4,6 milhões foram classificados como desalentados, que compreende o grupo dos que desistiram de procurar emprego, e os demais, como subocupados, ou seja, trabalham menos do que gostariam e não procuraram emprego nos últimos 30 dias.²⁴

²² Ver mais sobre este assunto em: BOSCHETTI, Ivanete (org.). Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2018.

²³ Agência de Notícias do IBGE Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/19759-desemprego-recua-em-dezembro-mas-taxa-media-do-ano-e-a-maior-desde-2012.html> Acesso em 18 de abril de 2020.

²⁴ Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20117-pnad-continua-tri-subutilizacao-da-forca-de-trabalho-e-de-23-6-no-4-tri-e-fecha-2017-em-23-8> Acesso em 20 de jun de 2020.

No primeiro trimestre de 2020, o número de desocupados/desempregados era de 12,9 milhões de brasileiros. Apesar da aparente diminuição deste número, em comparação ao ano de 2017, os dados indicam que as taxas de subocupação e de desalento foram maiores em 2020²⁵, o que pode indicar uma consequência de ocupação precária nos trabalhos intermitentes, criados após a “reforma” trabalhista.

2.3.

Jovens brasileiros no mercado de trabalho

As transformações no mundo do trabalho impactam diretamente a classe trabalhadora, mas alguns segmentos são mais afetados. Intrinsecamente relacionada à estrutura da sociedade capitalista apresentada anteriormente está a questão da inserção precoce de jovens no mercado de trabalho e as condições a que são submetidos (Frigotto, 2004).

Para os jovens de determinada camada da classe trabalhadora, a inserção precoce no mercado de trabalho não é uma escolha, mas uma imposição das condições de desigualdades inerentes ao sistema capitalista e à formação social do país. Enquanto para os jovens de “classe média” ou filhos dos donos dos meios de produção, a inserção no mundo do trabalho se dá após os 25 anos, e em postos de trabalho mais bem remunerados. Tal inserção precoce interfere na qualidade das ocupações e no nível de remuneração, e atinge mais fortemente os jovens negros. (Frigotto 2004).

Não é possível dissociar o ingresso precoce de jovens no mercado de trabalho da situação socioeconômica familiar. Nas palavras de POCHMANN (2007, p. 63),

Geralmente, quanto menor a renda familiar, maior a proporção de jovens que precisa trabalhar. Nesse caso, o abandono da inatividade pelo jovem justifica-se, muitas vezes, pelo objetivo de atender às necessidades coletivas da família, diante da insuficiência da renda familiar.

²⁵ Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27707-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-12-e-fica-estavel-em-15-ufs-no-1-trimestre-de-2020>. Acesso em 20 de jun de 2020.

Entretanto, não se pode, também, assumir que este seja o único fator determinante. Sposito (2003) chama atenção para outras variáveis, além do complemento de renda familiar. Esta autora sinaliza que, em pesquisa realizada com jovens a nível nacional, o trabalho apareceu como meio de obter autonomia, independência da família, possibilitar a formação profissional e continuidade nos estudos, além de permitir usufruir de lazer, cultura.

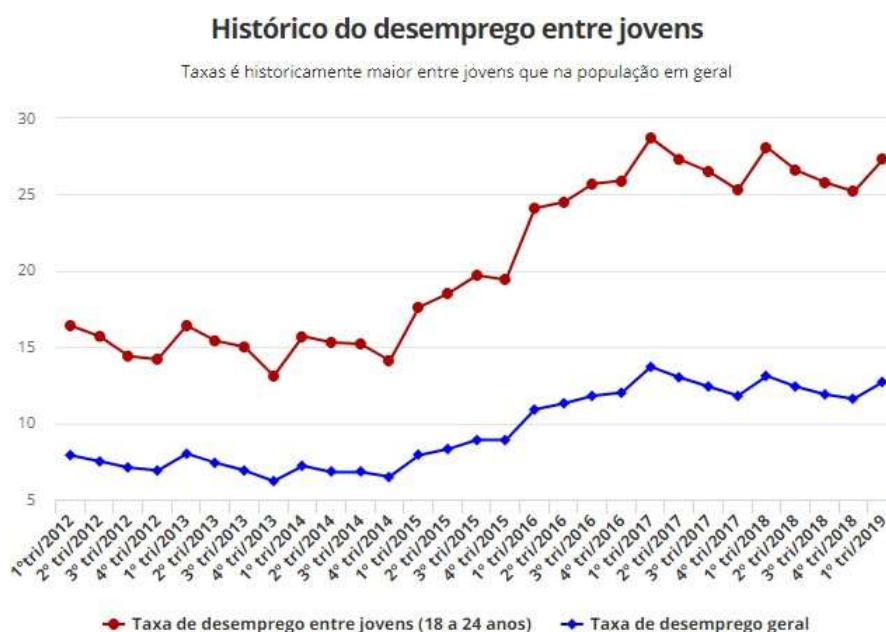
Corrochano (2011) destaca o desejo do jovem ter seus rendimentos a fim de satisfazer o próprio consumo, bem como, o interesse do mercado nesta força de trabalho – menores custos e poder reivindicatório deste grupo. Corroboramos com esta autora ao afirmar que,

Talvez, a perspectiva mais adequada não fosse eleger um ou outro fator como responsável pelo ingresso dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho, mas sim considerá-los conjuntamente, o que, está claro, não significa ignorar o significativo peso dos rendimentos da família e as inter-relações família, trabalho e escola. (CORROCHANO, 2011, p. 49)

Concomitantemente à necessidade de ingresso no mercado de trabalho pelos jovens da classe trabalhadora, pesquisas apontam que o grupo mais atingido pelo cenário de desemprego é a juventude. Quiroga (2002) corrobora esta afirmação apontando que as maiores taxas de desemprego e as relações de trabalho mais precárias – como terceirização, subemprego e contratos temporários – recaem sobre os jovens.

O gráfico abaixo demonstra um comparativo entre a taxa de desemprego entre os jovens e entre a população em geral nos últimos anos – sendo classificados como jovens, para o IBGE, pessoas entre 15 a 24 anos de idade (diferentemente do Estatuto da Juventude, que estende esta faixa até os 29 anos, como já mencionado).

Gráfico 1: Histórico de desemprego entre os jovens – comparação com a população em geral (em %).



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019

Dados mais recentes apontam a continuidade de tal disparidade. No primeiro trimestre de 2020, segundo o IBGE a taxa de desemprego entre os jovens foi de 27,1% enquanto da população em geral foi de 12,2%. O órgão também afirma que a taxa permanece maior entre negros e com nível de instrução correspondente ao Ensino Médio incompleto²⁶.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT)²⁷, o desemprego entre os jovens no Brasil tem atingido as maiores taxas dos últimos 30 anos. Os dados são do estudo Tendências Globais de Emprego para a Juventude 2017, que afirma, assim como demonstrado no gráfico, que quase 30% das pessoas de 15 a 24 anos estão em busca de uma ocupação, ou seja, classificam-se no contingente de desocupados/desempregados.

Em comparação a mais de 190 economias avaliadas pela OIT, apenas 36 delas tinham uma situação pior que a do Brasil para os jovens, à época deste estudo. Por

²⁶ Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/ibge-taxa-de-desemprego-de-jovens-atinge-271-no-primeiro-trimestre> Acesso em 04 de junho de 2020.

²⁷ Fundada em 1919, como parte do Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial, a OIT é responsável pela formulação e aplicação das normas internacionais do trabalho e tem como missão “promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. Para a OIT, o trabalho decente é condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável.” Disponível em <https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/lang--pt/index.htm> Acesso em 05 de junho de 2020.

exemplo, a taxa de desemprego entre os jovens na Síria era de 30,6%, e no Haiti, de 34%.

Entretanto, por se tratar de um grupo significativamente heterogêneo e desigual, tais impactos não afetam a todos da mesma maneira. O relatório Trabalho Decente e Juventude no Brasil, da OIT, destaca que as mulheres jovens, os jovens negros de ambos os sexos, e os jovens das áreas metropolitanas de baixa renda, ou de determinadas zonas rurais, “são afetados de forma mais severa pela exclusão social, pela falta de oportunidades e pelo déficit de emprego de qualidade” (OIT, 2009).

Reis (2014), ao analisar as características do primeiro emprego nas regiões metropolitanas brasileiras, através da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) feita pelo IBGE de 2003 a 2013, constata que os jovens sem nenhuma experiência prévia de trabalho passam por um período mais longo de desemprego, se comparado aos que possuem a mesma idade, mas com experiência anterior. O autor conclui, ainda, que “o primeiro emprego está geralmente associado a empregos sem carteira, temporários, ou em tempo parcial, e com remunerações bem mais baixas que a média” (Reis, 2014, p. 155).

Vários autores analisam que as taxas mais elevadas de desemprego entre os jovens ocorrem, inclusive em momentos de crescimento econômico e diminuição da taxa de desemprego em geral²⁸, o que sugere motivações específicas no que tange aos jovens.

Apesar de as exigências por qualificação e experiência de trabalho impactarem este público específico, principalmente na fase de transição escolar, tornando busca pelo primeiro emprego um desafio ainda maior, outros autores não atribuem o desemprego juvenil somente à falta de empregos anteriores. Madeira (2004), por exemplo, explicita que esta é apenas uma das explicações para esta ocorrência:

Três explicações têm sido as mais recorrentes. Uma coloca a questão no contexto das grandes mudanças ocorridas na estrutura do emprego nas últimas décadas, no

²⁸ Sobre este assunto, Corrochano (2011) referencia os autores Castro e Aquino, 2008; Tokman, 2003; OIT, 2009

Brasil (...): o processo de reestruturação produtiva que diminui os postos de trabalho aliado às novas demandas em relação à qualificação da mão-de-obra, alterando a preferência do empregador quanto à faixa etária do empregado. Combinando requisitos referentes à experiência profissional, escolaridade e atitude pessoal, os empregadores estariam dando preferência à população adulta. Uma segunda explicação, colocada por demógrafos, destaca a importância da pressão demográfica desta coorte etária. E, finalmente, uma terceira, inspirada no depoimento recorrente dos próprios jovens, suas famílias e dos empregadores (...), diz respeito à crença de que o jovem não tem oportunidade no mercado de trabalho por não ter experiência ou habilidades demandadas pelo mercado, dificultando enormemente a busca do primeiro emprego. (MADEIRA, 2004, p.82)

A autora supracitada não concorda que a causa do desemprego juvenil esteja relacionada à falta de experiências anteriores, mas atribui à alta rotatividade dos jovens entre atividade e inatividade – seja por facilidade na demissão por parte do empregador, seja pelo abandono do jovem por uma não identificação com o trabalho.

Pochmann (2007) esclarece melhor esta questão ao dividir a falta de ocupação juvenil em quatro categorias: a primeira é o *desemprego de inserção*, que se refere ao primeiro contato do jovem com mercado de trabalho, depois do período educacional, causado pela falta de experiência, ainda que disponha de alta escolaridade. A segunda categoria é o *desemprego recorrente*, ligado aos empregos temporários, autônomos, sem registro, que fazem com que o jovem retorne à condição de desemprego frequentemente. A terceira tem relação com novas medidas adotadas por empresas do setor privado para organização da produção e gestão do trabalho, terceirizando serviços, fechando polos produtivos, ocasionando fim de diversas ocupações – denominada *desemprego de reestruturação*. E a quarta categoria trata-se do *desemprego de exclusão*, que deixa o jovem à margem do mercado de trabalho por um longo período, e está relacionado ao modelo neoliberal salientado no tópico anterior, de ausência de políticas públicas a estes segmentos. O autor finaliza sua explicação afirmando que

Em grande medida, a persistência do desemprego de longa duração encontra-se relacionada à baixa capacidade de geração de ocupação pela economia nacional no período mais recente. Ao mesmo tempo, nota-se que a escassez de medidas adequadas ao atendimento do desemprego juvenil contribui para que mais pessoas tendam a recorrer ao mercado de trabalho mais cedo para buscar algum ganho de sobrevivência, resultando numa superoferta excedente de força de trabalho. (POCHMANN, 2007, p.49)

Esta força de trabalho excedente, como explicitado anteriormente, é inerente ao modo de produção capitalista, e assume proporções mais acentuadas quando aliadas à processos de reestruturação da organização do trabalho e medidas neoliberais por parte do Estado. As contradições e os efeitos destrutivos deste modelo ganham maiores proporções ao se tratar de países de capitalismo periférico, como o Brasil, resultando em subtração de direitos conquistados pela classe trabalhadora e consequências na qualidade de vida – às quais, a exploração do trabalho juvenil se enquadra. (Frigotto, 2004).

Cabe ressaltar o que já foi afirmado neste capítulo, e é ratificado por Frigotto (2004): não se pode atribuir o desemprego, a diminuição de salários e o ingresso precoce no mercado de trabalho à rigidez do mercado ou à tecnologia por si só. A redução da jornada de trabalho, bem como a erradicação do trabalho precoce poderiam ser efetivadas com a democratização do avanço tecnológico, se houvesse socialização da produção e da riqueza produzida.

Este cenário demanda a efetivação de políticas públicas emancipatórias e distributivas, aliadas a um enfrentamento da estrutura que produz as desigualdades e ocasiona o desemprego, principalmente entre os jovens. Na ausência de tais ações, restam as políticas focalizadas de inserção social, de natureza filantrópica ou de “administração e controle da pobreza” que, apesar de insuficientes, são emergencialmente necessárias. (Frigotto, 2004, p.205).

Entretanto, ao olhar para a história, pode-se afirmar que as iniciativas do Estado brasileiro em implementar políticas públicas para o segmento jovem, sobretudo voltadas para o combate ao desemprego, são bem recentes – mesmo aquelas focalizadas e emergenciais, que não atacam a estrutura, como mencionadas no parágrafo anterior.

De forma sucinta, é possível observar que até o final do século XX, as ações direcionadas à juventude brasileira (não à juventude diretamente, mas especificamente, à criança e ao adolescente) tinham um caráter coercitivo e tutelar, voltado a conter o perigo inerente à pobreza e ao ócio – como defendia a lógica

eugenista²⁹. Estes deveriam ser veementemente combatidos, pois eram incompatíveis com o ideal de nação moderna almejada pelas elites³⁰ - o serviço militar obrigatório ganha espaço neste período como “escola de civismo”, como será abordado no próximo capítulo.

Pautados na ótica de uma “cidadania regulada”³¹, conforme explicita Wanderley Guilherme dos Santos (1979), os direitos sociais, conquistados através da mobilização e luta da classe trabalhadora, eram condicionados a um vínculo de trabalho reconhecido pelo Estado.

Sob a égide da qualificação e do preparo de mão de obra para setores específicos, surgem, a partir de 1940, os serviços nacionais de aprendizagem industrial e comercial (SENAI e SENAC, respectivamente). Mas apenas na década de 1990, estes cursos são direcionados aos jovens oriundos de comunidades, com a intenção de combater seu envolvimento com a criminalidade. (Gonzales, 2009).

Aliás, é a partir desta década, mais especificamente a partir de 1995, que surgem algumas propostas para a juventude³², que variam na ideia de prevenção, de controle, ou efeito compensatório. Antes deste período, as políticas sociais que alcançavam a juventude eram destinadas a todas as demais faixas etárias. Sposito e Carrano (2003), ao realizarem um levantamento das ações empreendidas para a juventude, destacam que

Segundo Abad (2002), em linhas gerais, a evolução histórica das políticas de juventude na América Latina foi determinada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e os desafios de como facilitar-lhes processos de transição e

²⁹ Pautada na ideia de “melhorar” as próximas gerações e definida por Francis Galton como “o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente”, a eugenia na América Latina assumiu um caráter menos biológico e mais de reforma social, para aperfeiçoamento e formação da nação. Ver mais em SOUZA, Vanderlei S. de. As Idéias Eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. Revista Eletrônica História em Reflexão, Dourados, vol. 6, n. 11, jan./jun. 2012, p. 1-23. Disponível em <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/1877/1041> Acesso em 24 de jun de 2020.

³⁰ O Código de Menores de 1927 expressa claramente esta visão. Ver mais em Rizzini, Irene. O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

³¹ Nas palavras do autor: “Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei” (Santos, 1979, p. 75)

³² Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor) e Agente Jovem, por exemplo.

integração ao mundo adulto. Ressalvando a pluralidade de enfoques, as características institucionais e a diversidade regional dos países latino-americanos, esse autor sintetiza contribuições de diversos autores e estabelece periodização em torno de quatro distintos modelos de políticas de juventude: a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000). (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 18)

Os maiores avanços relacionados à atenção à juventude se deram a partir dos anos 2000, no Governo Lula, com a criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUE), em 2004; a criação do Grupo Interministerial; a criação da Secretaria Nacional de Juventude, em 2005 e a realização da Conferência Nacional de Juventude. Alguns programas relacionados ao combate ao desemprego também foram criados nesta época³³, entretanto, como afirmam Sposito e Carrano (2003),

Alguns programas assumiram sobremaneira o fetiche da capacitação do jovem para um mercado de trabalho de poucas oportunidades, sem propor qualquer caminho de questionamento da realidade econômica e social de um período histórico que viveu a recessão provocada pelas altas taxas de juros e os efeitos agudos da crise do mundo do trabalho. (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 31)

Atualmente, as medidas governamentais acirram ainda mais o cenário de precarização do trabalho e aumento do desemprego entre os jovens, como já enfatizado neste capítulo, a exemplo da Reforma Trabalhista e do recém aprovado programa Contrato Verde e Amarelo, que prevê a redução de encargos trabalhistas e previdenciários para contratação de jovens em caráter temporário³⁴.

Nesse contexto de contratações de jovens em caráter temporário, debruça-se uma das inquietações desta pesquisa: o serviço militar obrigatório frente às transformações no mundo do trabalho, conforme abordaremos nos próximos capítulos.

Cabe assinalar que a precarização do trabalho e o aumento do desemprego entre a juventude abordados até aqui, expressam, em algum grau, relação com o recrutamento de jovens ao longo da história brasileira. Nos próximos capítulos será apontado, de modo breve, o perfil de jovens recrutados ao longo da história e,

³³Programa Nacional de Primeiro Emprego (PNPE); Escola da Fábrica, Juventude Cidadã; Consórcios Sociais da Juventude (CSJs); Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), dentre outros.

³⁴ Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/654134-camara-aprova-mp-do-contrato-verde-e-amarelo/> Acesso em 24 de jun de 2020.

atualmente, os que “optam” pelo serviço militar obrigatório. Tal fato nos levanta o seguinte questionamento com relação as escolhas desses jovens: é opção ou, na verdade, falta de opção?

Recrutamento de jovens e as múltiplas funções do serviço militar brasileiro: um olhar para a história

Tendo analisado, no capítulo anterior, o quadro atual de desemprego e precarização das relações de trabalho – principalmente entre os jovens – bem como a escassez de políticas públicas efetivas para inserção dos mesmos no mercado formal de trabalho, o ingresso de jovens no serviço militar obrigatório suscita reflexões acerca do papel exercido por este importante instrumento mobilizador de pessoal para as Forças Armadas atualmente e ao longo da história.

Neste capítulo será apresentado um histórico do Serviço Militar e como se deu o recrutamento nos diferentes períodos da história do Brasil. Os elementos abordados, associados à leitura do capítulo anterior, permitem expandir o panorama deste instrumento, para além da função de constituição das tropas para defesa nacional.

A divisão dos tópicos a seguir nos períodos colonial, imperial e republicano foi realizada apenas para fins didáticos, porém não se pretende afirmar com tal separação que houve um rompimento automático nas práticas de recrutamento e utilização do serviço militar no Brasil devido à passagem de um período para o outro, tampouco afirmamos que os acontecimentos se deram de modo linear.

3.1.

Período Colonial – “O poder de fazer soldados e o de não fazê-los”

O Brasil foi uma colônia de exploração, ou seja, o objetivo era, unicamente, extrair tudo que a terra oferecesse para atender aos interesses mercantis da metrópole – Portugal.

Toda organização da estrutura social e todas as atividades do país estavam voltadas para suprir o comércio europeu – nas palavras de Caio Prado Júnior (2004), uma organização puramente produtora e mercantil. Para tanto, não era objetivo

povoar o território, mas ocupar com mão de obra para o cultivo e para defesa. Esta característica acompanha o desenvolvimento da história econômica do Brasil e o diferencia da colonização realizada pelos ingleses, por exemplo, na América do Norte, onde objetivavam a construção de um novo mundo, à semelhança das sociedades europeias, porém mais seguro – chamada colônia de povoamento.

O primeiro registro de atividade organizada com fins à defesa territorial, após a invasão³⁵ portuguesa ao Brasil, é um “Termo” de 9 de setembro de 1542, promulgado na Câmara de São Vicente³⁶. O documento organizava uma milícia de colonos e índios para defender a terra e é considerado o esboço do que seria o serviço militar.³⁷ (Cunha, 1992)

Faria (2015 p.15) destaca que esta milícia chegou a contar com dois mil índios flecheiros, que passaram por um recenseamento prévio e foram obrigados ao serviço das armas. Neste caso, a ameaça da qual deveriam defender, eram as tribos que não se sujeitaram ao domínio português, bem como piratas e outras expedições – os corsários, que atuavam constantemente no litoral.

Nos anos seguintes, a formação militar de Portugal e as legislações criadas para tal, estenderam-se, também, às colônias – sendo o Brasil uma delas. Num primeiro momento, houve o esforço da Coroa para armar toda a população com vistas à defesa territorial. A “Lei das Armas”, criada em 1549 e aprimorada em 1569, estabelecia, para todos os vassallos entre 20 e 60 anos, que dispusessem de armas e cavalos, ou apenas armas, proporcionalmente aos bens que possuíssem. A lei concedia, inclusive, privilégios de isenção de “pena vil” aos que possuíssem “cavalo de marca”, ainda que não fossem nobres – equiparando a riqueza à nobreza. (Mello, 2009: p. 32 e 33)

³⁵ O termo “descobrimento”, comumente utilizado para descrever este episódio, tem sido questionado por diversos historiadores, já que mascara a exploração imperialista empregada na América, e desconsidera os que já habitavam a terra. A historiadora Manuela Carneiro da Cunha (1992), por exemplo, ressalta a densidade demográfica desta população que habitava o território do Brasil, e por isso conclui que o termo correto é invasão.

³⁶ Cabe lembrar que o território brasileiro havia sido dividido em 14 capitanias hereditárias – sendo São Vicente uma delas - “doadas” por Dom João III a representantes da coroa Portuguesa, para fins de administração, exploração dos recursos da terra e colonização.

³⁷ Evolução histórica do Serviço Militar no Brasil. Revista Verde Oliva – ano XLIII N. 234 – outubro 2016

Complementando a Lei das Armas, em 1570 foi promulgado o “Regimento das Ordenanças” ou “Regimento dos capitães-mores”, o qual determinava obrigações militares gerais e tornou recrutáveis todos os homens entre 18 e 60 anos. O regimento previa a formação de companhias nas vilas e cidades habitadas, das quais os senhores das terras assumiam a função de capitão mor, ou, na ausência deles, a Câmara Municipal elegia um oficial dentre os “principais da terra” – o que era mais comum de ocorrer. Além de comandar, o capitão mor também era o responsável por alistar a população sujeita ao serviço das armas.

Mello (2009) ressalta que este modelo de serviço militar geral e obrigatório fortaleceu as elites locais – uma vez que a Câmara (composta por proprietários de terras) designava o responsável pelo recrutamento. Registra-se a ocorrência de abusos do poder conferido aos oficiais, seja por receberem subornos em troca de dispensas dos exercícios militares, bem como valendo-se da “opressão ao povo” de qualquer outra forma. Além disso, eximia a Coroa de despesas com a manutenção de um exército remunerado para defesa da terra.

Corroborando e aprofundando esta análise, Mendes ressalta que

O poder de fazer soldados, e o não menor poder de não fazê-los, torna-se instrumento decisivo para os notáveis locais. A latitude dos poderes discricionários, assim como as possibilidades de manipulação dos critérios de isenção fazem do recrutamento um poderoso instrumento de poder econômico e social. As ordenanças promovem uma contínua tradução local das ordens do governo régio, interpretando a seu modo o sentido das exigências das levas e transformando o recrutamento em elemento crucial na produção de clientela e “favores” (MENDES, 2004, p.114 grifos do autor).

Cabe mencionar uma ressalva feita por Castro (2012) quanto à utilização do termo “militar” para referir-se às Ordenanças. Ao contrário da historiografia mais comum, este sistema apenas armava a sociedade, mas não se configura uma militarização, uma vez que esta expressão remete à uma série de elementos particulares e não presentes neste momento, como disciplina rigorosa, hierarquia, treinamentos constantes e intensivos, bem como, a solidariedade ou, nos termos militares, o “espírito de corpo”.³⁸

³⁸ Ao contrapor a historiografia comum, Castro (2012) faz menção à obra Portugal Militar, de Carlos Selvagem. Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1991.

Apesar de concordar com Castro, é inegável a importância das Ordenanças para a história do serviço militar, uma vez que trata de uma convocação obrigatória de uma parcela da população para o serviço armado e defesa de territórios, e circunscreve, desde então, um recorte de classe neste recrutamento.

O primeiro exército permanente de Portugal – extensivo aos seus domínios – com tropas regulares e pagas, foi criado em 1641, após o estabelecimento de um imposto extraordinário para despesas de guerra e manutenção de um exército. Estas tropas regulares, ou tropas de primeira linha, eram responsáveis pela defesa das fronteiras e enviadas pela metrópole, em situações específicas, para expulsar invasores estrangeiros. Compostas por oficiais portugueses, membros da nobreza, nomeados pelo rei; e por soldados solteiros, recrutados entre os segundos filhos das demais classes, exceto das viúvas e de lavradores.³⁹

Faria ressalta que estas tropas

Constituíam-se de portugueses, mas, em função do reduzido efetivo, constantemente eram completadas por homens da terra. A ordem era incorporar apenas brancos, mas havia grande tolerância em relação à cor da pele. A manutenção dessas tropas no Brasil era extremamente dispendiosa para o Reino, motivo pelo qual seu efetivo era sempre insuficiente. (FARIA, 2015, p.17)

Sobre a “tolerância em relação à cor da pele”, Hendrick Kraay (2002) reforça que eram admitidos alguns dos que tinham a pele mais clara, mas oficialmente, as tropas regulares eram compostas por homens brancos.

As tropas auxiliares, ou de segunda linha, foram criadas em 1645, com o intuito de auxiliar as tropas regulares, quando preciso. Estas, porém, não eram remuneradas até que fossem acionadas. As Ordenanças, criadas em 1570, compunham as tropas de terceira linha.

A população do reino foi militarizada em três escalões de Tropas: primeiro, as Regulares ou pagas; o segundo, as Auxiliares; e o terceiro, as Ordenanças. A seleção dos componentes foi feita a partir dos seguintes critérios: as Tropas Regulares, ou de linha, composta por soldados pagos, eram formadas por filhos segundos das famílias, com exceção das de mãe viúva e pais lavradores, que comporiam as Tropas Auxiliares junto com os casados em idade militar; todos os homens válidos restantes estariam inscritos nas Companhias de Ordenanças, sendo submetidos a treino militar

³⁹ Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/241-tropas-de-primeira-linha>. Acesso em 17/03/2020

e a duas mostras gerais por ano, para que a população militarmente útil se mantivesse habituada às ordens de combate. (MELLO, 2009 p.46)

Cabe salientar que cada Capitania apresentou particularidades quanto ao funcionamento do recrutamento e participação em conflitos. As capitanias de São Vicente e Pernambuco foram as mais exitosas em número de colonos e alianças com grupos nativos. Castro (2012) ressalta o episódio da Batalha dos Guararapes, em 1648 – marco na expulsão dos holandeses da região de Pernambuco – realizado por tropas locais, compostas por unidades de brancos, negros e índios⁴⁰.

Apesar deste exitoso episódio, a dificuldade em recrutar e compor as tropas era cada vez mais latente. A maior barreira ao recrutamento, era a “rede de isenções e privilégios” (Mendes, 2004) que permeava a sociedade colonial – e perdura até hoje, sob novas roupagens, como será abordado posteriormente.

Segundo Mendes (2004), as isenções, imunidades e privilégios eram concedidos tanto oficialmente, por meio de decretos (apesar de vagos e manipuláveis) de quais grupos não eram sujeitos ao recrutamento⁴¹ - extensivo, também, aos seus subordinados – quanto de maneira extraoficial, na manipulação dos critérios de isenção, de acordo com os interesses dos recrutadores.

Na prática, o recrutamento direcionava-se aos jovens sem privilégios dos poderes locais e das redes de proteção – “vagabundos, viajantes, trabalhadores itinerantes, malfeitores” (Mendes, 2004).

com tanto maior benefício dos Povos, que delles vem a sahir somente aquelles mancebos desocupados, que aos sobreditos Povos servem de opressão, e a si mesmos

⁴⁰ Este episódio é considerado o nascimento da nacionalidade e do próprio Exército brasileiro, ao unir as “três raças” constitutivas do país sob o objetivo de combater um inimigo externo. Apesar de a criação oficial do Exército ser a partir da Independência, a instituição comemora seu aniversário no dia da primeira Batalha dos Guararapes – 19 de abril de 1648. Retirado de <http://www.decex.eb.mil.br/ultimas-noticias/2-uncategorised/102-historia-do-exercito> Acesso em 18 de março de 2020.

⁴¹ O Alvará de 1764 isenta do recrutamento: “os criados domésticos dos fidalgos e ministros que os servissem quotidianamente com ração e salário, os estudantes dos colégios e universidades, exclusivamente aqueles que apresentassem aplicação e aproveitamento nas escolas, os comerciantes e seus caixeiros e feitores que os ajudassem em seu negócio quotidianamente, os homens marítimos, exclusivamente os assentados nos livros de matrícula, os filhos únicos dos lavradores, os filhos e os criados dos mais consideráveis lavradores, os artífices e dois aprendizes, no caso de que os artífices fossem mestres de lojas abertas ou de obras, os filhos únicos de viúvas, os Tesoureiros da Bula da Cruzada, os estanqueiros do tabaco e os feitores, criados domésticos e mais pessoas empregadas nos contratos da real fazenda.”(Mello, 2004)

de prejuízo, com o ocio, e com a preguiça, que costumão precipiar em absurdos a mocidade. (ALVARÁ RÉGIO, 1764, p. 127, apud MELLO, 2004, p.187).

O trecho do Alvará de 1764 mencionado por Mello (2004) destaca a ideia de que o ócio traz opressão à sociedade, e, portanto, os ociosos deveriam ser recrutados com preferência.

A segunda metade do século XVIII foi marcada por uma crescente tensão na Europa⁴², o que exigiu uma reorganização militar de Portugal e intensificação da exploração e da defesa de sua principal colônia, o Brasil.

Uma importante convocação obrigatória ao serviço militar neste período, foi a Carta Régia datada de 22 de março de 1766, a qual determinava que todos os homens válidos para o serviço militar, sem exceção de “nobres, plebeus, mestiços, pretos e libertos”⁴³, realizassem o alistamento para defesa da Colônia.

A preocupação da Coroa Portuguesa com os invasores espanhóis no território sob seu domínio, bem como a incapacidade em prover a defesa dos mesmos, impulsiona o decreto de militarização de todos os homens. Tal alistamento não configurava, entretanto, um serviço permanente e remunerado. Afinal, era preciso manter os mesmos homens envolvidos nas atividades produtivas, principalmente do setor agrícola, além dos custos para manutenção de um exército permanente. Sendo assim, tais homens militarizados reforçariam as Tropas Auxiliares, que aumentaram consideravelmente em número neste período.

É necessario que os Corpos Auxiliares formem a principal defesa das mesmas Capitânicas; por que os habitantes de que se compõem os mesmos corpos são os que em tempo de paz cultivão as terras, crião os gados, e enriquecem o Paiz com o seu trabalho e indústria. (“Quanto aos Corpos Auxiliares da Capitania das Minas, não assinada., post. 2/3/1766”, AHU, MG, Cx 87, Doc 48. Apud MELLO, 2009)

Importante ressaltar a tensão cada vez maior na convivência entre os colonos, dadas as exigências mais severas ao serviço militar. Neste período, tropas específicas de pardos libertos passam a compor o Corpo de Auxiliares, e intensifica-

⁴² Sobre a Guerra dos Setes anos e os conflitos entre Portugal e Espanha pelos territórios à margem do Rio Uruguai, ver: Novais, 1983

⁴³ “Edital para se alistarem todos os moradores das terras da jurisdição desta Capitania, sem excepção de Nobres, Plebeus, Mistiços, Pretos, Ingenuos, e Libertos e formar dos mesmos Terços de Auxiliares, e Ordenanças, assim de Cavallaria, como Infantaria”, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), Códice 73, volume.1, folha 143.

se o recrutamento destes, como é possível constatar na citação de Mendes (2004) acerca de um informativo sobre o envio de mais de 4 mil homens das Minas para o Sul, “a maioria mulatos, mestiços, cabras e negros, apenas 757 armados, muitos nus”.

Aliás, a falta de armamento suficiente para o aumento das tropas foi uma das questões que contribuíram para que esta medida não surtisse o efeito esperado pela Coroa, conforme aponta Mello (2009).

Ademais, a rede de isenções e privilégios permanecia e aumentava, tendo como principal argumento a manutenção da economia, dada a desorganização da produção e do abastecimento, em decorrência do recrutamento. Mendes (2004) destaca que tal rede de isenções – tanto as legais, quanto as oriundas dos interesses das autoridades locais – são a “herança colonial” para o movimento de recrutamento no Brasil Imperial.

3.2.

Guerras, escravidão e recrutamento no Período Imperial – punição e proteção

O período Imperial – 1822 a 1889 – foi marcado por diversos episódios importantes para a história do Brasil e, conseqüentemente, do serviço militar. É neste período em que há, de fato, a existência de Forças Armadas brasileiras – a Marinha do Brasil (denominada Armada Imperial à época) e o Exército Brasileiro – apesar da atuação de ambas as Forças ter iniciado antes desta data⁴⁴.

Cabe destacar que, neste período, o Brasil permaneceu subordinado aos interesses do comércio externo, produzindo gêneros destinados à exportação – como no período colonial, porém sem as restrições impostas pela metrópole (Prado Júnior, 2004). Os grandes senhores agrícolas, principalmente os fazendeiros do

⁴⁴ A primeira atuação considerada como do Exército Brasileiro foi na Batalha dos Guararapes, como já mencionado neste trabalho. A Marinha do Brasil considera o episódio da expulsão dos franceses da Baía de Guanabara, realizada por índios e portugueses em 20 de janeiro de 1567, a qual utilizou meios navais indígenas e esquadras portuguesas, como o nascedouro desta instituição. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/content/historia-naval> Acesso em 18 de fevereiro de 2020.

café, compunham a elite social brasileira, sendo nas palavras de Prado Júnior, “a última das três grandes aristocracias do país, depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores”.

Historiadores analisam que o século XIX também é marcado pela perpetuação e acirramento, em alguns momentos, das dificuldades no recrutamento, tal como já abordado no período colonial. Diversos autores apontam como comuns os episódios de fuga ao chegarem os recrutadores, e deserções das tropas⁴⁵. Beattie (2009) relembra a expressão comum “Deus é grande mas o mato é maior”, referindo-se à “sabedoria popular” dos que esquivavam-se do serviço militar.

Os relatórios do Ministério da Guerra deste período apontam, repetidamente, a aversão da população ao serviço das armas, confirmando a escassez de recrutáveis disponíveis. Os oficiais, em contrapartida, iniciavam a carreira como cadetes – posição que só poderia ocupar, no início do século XIX, os filhos de oficiais do Exército ou de nobres. (Beattie, 2009).

Grandes acontecimentos deste período trouxeram relevantes desdobramentos, em se tratando do recrutamento e da formação social do Brasil, e serão abordados sinteticamente nas linhas a seguir.

Os conflitos separatistas pela Independência (1821 a 1825), as guerras da Cisplatina (1825 – 1828) e do Paraguai (1864 – 1870), por exemplo, foram alguns dos principais conflitos deste período e que exigiram uma mobilização maior da população masculina. A intenção não é discutir os conflitos em si, mas algumas práticas de recrutamento empregadas e funcionamento do serviço militar que contribuirão para as reflexões propostas neste trabalho.

A chamada guerra da Independência marcou o início do período imperial do Brasil, e foi composta por alguns conflitos no Rio de Janeiro, Bahia e Pará, entre 1821 a 1825 – ano em que Portugal reconheceu oficialmente a independência. Apesar de não exigir uma mobilização militar tão intensa quanto em outros países, cujas lutas pela independência foram mais prolongadas e de, por isso, ter preservado

⁴⁵ Autores Hendrik Kraay, Celso Castro, Fábio Farias Mendes, José Murilo de Carvalho, Peter Beattie, dentre outros mencionados neste trabalho.

a estrutura do Exército português (Carvalho, 2005), houve uma mudança significativa nas fileiras das tropas de primeira linha⁴⁶, com maior inserção de pretos e pardos, como aponta Kraay (2002):

O recrutamento em larga escala empreendido em 1822 e 1823 inevitavelmente provocou mudanças na composição social da fileira, da qual pretos e pardos eram oficialmente excluídos no final da época colonial (apesar de que estes fossem às vezes admitidos se tivessem a pele clara). (KRAAY, 2002, s/p)

As instruções que regulavam o recrutamento neste período constam na Decisão nº 67 de 10 de julho de 1822, do Ministério da Guerra, que lista os isentos do serviço militar, e determina que “ficam sujeitos ao Recrutamento todos os homens brancos solteiros, e ainda pardos libertos de idade de 18 a 35 annos, que não tiverem a seu favor as excepções, de que logo se tratará”⁴⁷.

O documento expressa, também, a prioridade em recrutar os “inúteis” para a sociedade, ou “viveiros de criminosa ociosidade, só lhes servem de impedimento”, cumprindo um papel de controle social. Fica evidente o intuito em preservar a economia, porém, mais que isso, Mendes enfatiza a conotação moral expressa nas fichas de identificação dos recrutas presos:

Curiosamente, para uma parcela significativa dos arrolados, as listas incluem também justificações de natureza “moral” sobre os motivos do recrutamento. Ali se reúnem observações como “vive em público adultério”, “diz que socorre a mãe, mas vive em público concubinato”, “aventureiro”, “vadio de profissão”, “carpinteiro mas de mau comportamento”. Tais indicações iluminam os mecanismos de tradução local que regem o recrutamento e que constituem o conjunto de “regras não-escritas” da economia moral do recrutamento que se sobrepõe às instruções de 1822. (MENDES, 2004, p.128)

Prado Júnior (2004) pontua que

a população marginal, sem ocupação fixa e meio regular de vida, era numerosa, fruto de um sistema econômico dominado pela grande lavoura trabalhada por escravos. A população livre, mas pobre, não encontrava lugar algum naquele sistema que se reduzia ao binômio “senhor e escravo”. Quem não fosse escravo e não pudesse ser senhor, era um elemento desajustado, que não se podia entrosar normalmente no organismo econômico e social do país. Isto que já vinha dos tempos remotos da colônia, resultava em contingentes relativamente grandes de indivíduos mais ou

⁴⁶ A organização das forças terrestres continuou com a divisão em 3 tropas, como já abordado no período colonial.

⁴⁷BRASIL. Decisão nº 67, de 10 de julho de 1822, do Ministério da Guerra. In: BRASIL. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1822. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1887. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao2.html>. Acesso em 28 de março de 2020.

menos desocupados, de vida incerta e aleatória, e que davam nos casos extremos nestes estados patológicos da vida social: a vadiagem criminosa e a prostituição. (PRADO JÚNIOR, 2004, p.198)

Estes desocupados eram alvo preferencial ao recrutamento, o que tornava o serviço militar um *depósito de “indesejáveis”*. Além disso, o documento supracitado menciona o recrutamento dos pardos livres, pois a prática de recrutamento de escravos não era oficializada.

Destaca-se, entretanto, que nas guerras pela independência das colônias da América, no período entre o final do século XVIII e início do século XIX, o recrutamento de escravos era um ponto comum (Kraay, 2002). Fato significativo, uma vez que ameaçava a autoridade dos senhores e entusiasmava os escravos, esta prática representou o início da decadência da escravidão nas colônias da América Espanhola, à exceção de Cuba e Porto Rico⁴⁸.

No Brasil, apesar de alguns autores negarem esta prática e outros confundi-la com a mobilização da população livre⁴⁹, documentos e relatos apontam que o “recrutamento” de escravos, de fato, ocorreu e sua incidência na Bahia, durante a guerra da independência, é analisada por Hendrik Kraay (2002). O autor aponta que esta medida foi improvisada, e de natureza desordeira e irregular, não sendo possível, portanto, mensurar o quantitativo de escravos “recrutados”. Porém, no período pós-guerra, a presença dos negros não libertos na guarnição de Salvador, representava um problema aos olhos das autoridades locais e dos senhores de escravos – fato que diferenciou o Brasil das demais experiências de recrutamento de escravos nas colônias da América Espanhola, onde decretos determinavam a

⁴⁸ Kraay (2002) menciona as comparações esboçadas por BLACKBURN, Robin. *The Overthrow of Colonial Slavery, 1776-1848*. Londres, Verso, 1988

⁴⁹ Kraay (2002) contrapõe os autores MORTON, F.W.O. "The Conservative Revolution of Independence: Economy, Society, and Politics in Bahia." Tese de Doutorado, Oxford University, 1974, pp. 267-268; AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. 2ª ed. Salvador: Prefeitura do Município do Salvador, 1957, pp. 7, 272, 285, 291-292; FERRAZ, Aydano do Couto. "O escravo negro na revolução da independência da Bahia". In *Revista do Arquivo Municipal* (São Paulo), vol. 5, nº 56, 1939, pp. 195-202; REIS, João José, e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 90, 96-98; ARAUJO, Ubiratan Castro de. "Sans gloire: le soldat noire sous le drapeau brésilien, 1798-1838". In CROUZET, François, et al. (orgs.). *Pour l'histoire du Brésil: mélanges offerts à Kátia de Queirós Mattoso*, Paris: L'Harmattan, 2000, pp. 536-537; RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução*. 5 vols. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, vol. 3, pp. 90, 213-214.

libertação do escravo antes do recrutamento, com compensação aos donos que assim o fizessem.

Práticas comuns a escravos, como chibatadas, foram implementadas na guarnição de Salvador para “disciplinar” os soldados que cometessem alguma desordem, já que o número de “não brancos” era superior ao de brancos. Não satisfeitas, as autoridades provinciais baianas tomaram medidas para promover o “embranquecimento” da tropa de Salvador, como contratação de 800 mercenários irlandeses e alemães, e suspensão do recrutamento de pretos, a fim de “neutralizar a influência dos pardos”. (Kraay, 2002)

A revolta do Batalhão dos Periquitos, por exemplo, composto por maioria negros, nem todos libertos, demonstra a ameaça a qual a elite baiana temia – uma revolta contra os portugueses e defensores da monarquia, atraindo a participação de parte da população pobre. O levante, que provocou quase um mês de conflitos na cidade de Salvador, foi duramente reprimido e seus soldados transferidos para Pernambuco.⁵⁰ Alguns ingressaram em outros batalhões, entretanto, a normatização do recrutamento de escravos só seria resolvida na Guerra do Paraguai, como será abordado posteriormente.

É importante salientar que, apesar de serem alvo principal dos recrutadores os pobres e sem ocupação, o recrutamento não era restrito a estes, principalmente em situações de guerras. É o que pontua Marcos Luft (2011), ao analisar os pedidos de isenção para o serviço militar, pelos recrutados para a Guerra da Cisplatina (1825 -1828). Dentre os recrutados percebe-se jovens dos grupos sociais “não prioritários” como filhos de fazendeiros, estudantes, inclusive menores de 18 anos. O autor demonstra que o temor pelo serviço das armas era generalizado, não apenas entre a população pobre e livre, embora os de condição social elevada dispusessem de mais recursos para solicitar isenção, caso fossem recrutados – como atestados médicos, cartas de professores, envio de escravos libertados para ocuparem seus lugares na

⁵⁰ Ver mais sobre a Revolta dos Periquitos em REIS, Arthur Ferreira. Os Corcundas e os Periquitos: a visão áulica sobre a Revolta dos Periquitos na Bahia. Anais do VI Congresso Internacional Ufes/Paris-Est: Culturas Políticas e Conflitos Sociais, Espírito Santo, p.124-133, set. 2017.

tropa⁵¹, ou pagamento de uma quantia para ser dispensado do serviço – este último a partir de 1837 (Mendes, 2004).

Oferecer um substituto, de preferência escravo, era uma possibilidade que grupos sociais com mais recursos tinham para escapar ao recrutamento para as tropas, e que legitimava ainda mais os seus pedidos. Sabendo das brechas que a legislação abria para deixarem de servir, mobilizavam os seus recursos para evitar uma interrupção nos seus projetos de vida e nos de suas famílias. O serviço militar, além de ser uma brusca parada nos projetos de vida desses suplicantes, era muito mal visto pela sociedade da época, que o via como local de correção, de disciplina, para aqueles que não estavam enquadrados nas normas sociais vigentes. Buscar escapar dele, para esses grupos, era garantir a manutenção de sua imagem na sociedade. Por outro lado, escravos e pardos livres podiam utilizar esses mecanismos de substituição para ascender socialmente e conseguir a liberdade. (LUFT, 2011, p.672 grifos nossos)

Em 1831 foi criada a Guarda Nacional⁵² e extintas as tropas de auxiliares e ordenanças (ou milícias). Num contexto de agitação política e desconfiança quanto à oposição do Exército às mudanças do período regencial⁵³, a Guarda Nacional configurou-se uma força civil, subordinada ao Ministério da Justiça. Inspirada no modelo francês de “Nação em Armas”, o serviço na Guarda Nacional era destinado aos cidadãos que podiam votar, conforme o Art. 10 da lei de criação da Guarda Nacional⁵⁴. Como o voto era censitário, ou seja, condicionado à uma renda mínima anual, a composição da Guarda Nacional era completamente diferente da do Exército, feita sob recrutamento. Enquanto, para a sociedade da época, a primeira era formada por cidadãos e tida como um dever para com o país, o segundo era visto como castigo, punição, aos “vadios” e “inúteis”, como já mencionado nos parágrafos anteriores. Além disso, os componentes da Guarda Nacional estavam isentos do serviço militar obrigatório, tornando-se uma “gigantesca rede de proteção institucionalizada” (Mendes, 2004). Tal proteção foi abalada durante a

⁵¹ Prática regulamentada pela Portaria de 28 de junho de 1823. (Mendes, 2004)

⁵² Lei de 18 de agosto de 1831 “Crêa as Guardas Nacionaes e extingue os corpos de milicias, guardas municipaes e ordenanças” disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html Acesso em 04/04/2020

⁵³ Uma vez que os oficiais eram de maioria portugueses, vinculados à D. Pedro I.

⁵⁴ Art. 10 Serão alistados para o serviço das Guardas Nacionaes nas cidades do Rio de Janeiro, Bahia e Recife, Maranhão, e seus respectivos termos: 1º Todos os cidadãos brasileiros, que podem ser Eleitores, com tanto que tenham menos de 60 annos de idade, e mais de 21. 2º Os cidadãos filhos de familias de pessoas, que tem a renda necessaria para serem Eleitores, com tanto que tenham 21 annos de idade para cima. Em todos os outros Municipios do Imperio serão alistados: 1º Os cidadãos que tem voto nas eleições primarias, uma vez que tenham 21 annos de idade até 60. 2º Os cidadãos filhos familias de pessoas que tem a renda necessaria para poderem votar nas eleições primarias, com tanto que tenham acima de 21 annos de idade para cima. O serviço das Guardas Nacionaes é obrigatório e pessoal, salvas as excepções adiante declaradas. (Lei de 18 de agosto de 1831) Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html Acesso em 04/04/2020

Guerra do Paraguai, importante conflito que será abordado a seguir, quando seus componentes foram convocados para completar as fileiras da tropa de primeira linha⁵⁵.

A Guerra do Paraguai, ou Guerra da Tríplice Aliança, maior conflito armado da América do Sul no Século XIX (1864 – 1870) – foi considerada um divisor de águas em relação ao recrutamento no Brasil, além de um marco na consolidação e fortalecimento das Forças Armadas e construção da identidade brasileira. José Murilo de Carvalho (2005) destaca ter sido mais significativo, inclusive, do que as proclamações da independência e da República, pois,

Pela primeira vez, brasileiros de todos os quadrantes do país se encontravam, se conheciam, lutavam juntos pela mesma causa. E muitos não o faziam por coerção. A preocupação em denunciar coerção tem predominado nos estudos sobre os voluntários. Mas é preciso distinguir os vários momentos da guerra. Sem dúvida, à medida que o conflito se prolongava, reduzia-se o entusiasmo e surgiam resistências, aumentando, em consequência, o recrutamento forçado. Mas, no momento inicial, houve entusiástica e surpreendente resposta ao apelo do governo. (CARVALHO, 2005, p.179)

Inicialmente, muitos voluntários apresentaram-se para a Guerra, inclusive mulheres, apesar de não constarem nos dados oficiais. (Beattie, 2009, p. 80). O Decreto 3.371, de 7 de janeiro de 1865, criou o Corpo de Voluntários da Pátria e, como incentivo ao alistamento, estabeleceu diversos benefícios para estes, pagamento de soldos, e, inclusive a possibilidade de baixa do Exército assim que a guerra terminasse, caso assim desejasse – enquanto o tempo de serviço dos recrutas regulares podia chegar a 9 anos. A grande mobilização neste início da Guerra foi surpreendentemente satisfatória para as autoridades, sendo necessário, inclusive, recusar voluntários (Goldoni, 2013). Izecksohn (2004) destaca as demonstrações patrióticas que marcaram o país após a invasão dos paraguaios, mobilizando regiões que não tinham contato com o território invadido, como em Alagoas e na Bahia.

Contudo, as notícias chegadas sobre a frente de batalha e a situação precária dos soldados, bem como a falta de estrutura e de confiança na condução da Guerra reduziu drasticamente o quantitativo de voluntários, conforme demonstra

⁵⁵ Decreto 3383, de 21 de janeiro de 1865. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3383-21-janeiro-1865-554522-publicacaooriginal-73146-pe.html> Acesso em 04/04/2020

Izecksohn (2004). O Decreto que obrigava a incorporação da Guarda Nacional à frente de batalha também causou muita insatisfação entre as elites locais, tendo em vista o forte protecionismo regional. Assim, muitos soldados sem treinamento apropriado e insatisfeitos deserdavam do campo de batalha, outros eram presos ou mortos por insubordinação.

A ilustração abaixo foi publicada em um jornal de caricaturas que circulou em São Paulo, em 1866, retrata situações do recrutamento que mostram como a guerra permeava o cotidiano e a vida particular.

Figura 1: O Cabrião N° 13, 23/dez/1866



Fonte: BALABAN, 2009, p. 23

Legenda: Cena 1: INSPECTOR DO QUARTEIRÃO – Se não quer ir para S. Paulo assentar praça, hade casar com minha tia. RECRUTA – Só se Vmc me der um mez para pensar

Cena 2: SUBDELEGADO – Meu caro, nós estamos precisando de gente. Se os solteiros fogem para o matto, não há remédio se não vir a casa dos casados. As ordens que temos são apertadas!

A ilustração foi analisada por Marcelo Balaban (2009), que ressalta ilegalidades nos critérios dos recrutadores – na primeira imagem, o inspetor utiliza um interesse particular, de casar a própria tia, como barganha para dispensar o jovem da guerra; na segunda, um subdelegado recruta, à força, um homem casado e com filho pequeno, conforme aponta Balaban (2009), e, portanto, isento do serviço militar, uma vez que os recrutáveis fugiam “para o mato”, a fim de escapar do recrutamento. Esta situação é apontada, dentre outros historiadores, por MENDES (2004, p.125), ao afirmar que

O recrutamento forçado era ainda o principal artifício para preencher as linhas do Exército. A “caçada humana” do recrutamento tinha o efeito de uma praga: vilas e cidades são abandonadas, os moços fogem, agricultura e indústria são prejudicadas. Põe-se em movimento no recrutamento forçado um jogo de gato-e-rato: os recrutadores usam de todos os expedientes e ardis para completar suas cotas, e os recrutáveis potenciais, de sua parte, realizam esforços desesperados de evasão ou adequação às circunstâncias de isenção. Fuga, automutilação, resistência armada, falsificação de documentos, casamentos de última hora. Tudo servirá na profusão de estratégias de evasão dos recrutáveis.

Visto que o recrutamento forçado enfrentava limitações e o alistamento voluntário não continuou exitoso para mobilização de recrutas para a guerra, o governo imperial realizou uma campanha de libertação condicionada de escravos em massa, intensificada a partir de dezembro de 1866, para incorporação dos mesmos ao Exército e à Marinha. Apesar de não representar um número expressivo na fase inicial da guerra, escravos e libertos foram alistados, seja como substitutos, recrutados à força, ou fugiram para o que Hendrik Kraay (1996) chama de “o abrigo da farda” (p. 44).

O principal empecilho para a libertação de escravos, com vistas ao alistamento militar, foi a falta de vontade dos proprietários. Mesmo com recompensas do Estado, muitos senhores resistiram⁵⁶ e o recrutamento forçado foi, em última instância, o principal meio mobilizador de soldados para Guerra.

Apesar da vitória do Brasil neste sangrento conflito, a Guerra do Paraguai deixou clara a necessidade de reforma no recrutamento, uma vez que o modelo

⁵⁶ Não houve, por exemplo, cooperação dos fazendeiros na então província do Rio de Janeiro, local primordial para a economia à época, e onde concentrava-se o maior quantitativo de escravos. Tal fato deve-se ao fim do tráfico internacional e consequente aumento no preço dos escravos. Izeckson (2004) enfatiza que, segundo o relatório do Ministério da Guerra de 1872, dos 799 escravos doados gratuitamente, apenas 1 adveio da província do Rio de Janeiro.

tradicional se mostrou insuficiente e inadequado para atender a demanda de um conflito deste porte, além das disputas políticas desencadeadas por esta prática. No pós-guerra, este assunto se tornou central nos debates legislativos. Enquanto os liberais defendiam um Exército estritamente voluntário, os conservadores eram favoráveis a uma conscrição limitada. (Beattie, 2009).

Após debates e inspirada na guerra franco-prussiana⁵⁷, foi aprovada a lei 2.556, em 26 setembro de 1874, que extinguiu práticas como castigos físicos e estabeleceu o recrutamento por meio de sorteio, na ausência de voluntários. Apesar de prever um alistamento mais abrangente, reduzindo diversas isenções em vigor até então, a lei ainda permitia desobrigar-se do alistamento por compensação pecuniária, além da possibilidade de apresentar um substituto, favorecendo às classes mais altas.

Embora significasse algum avanço civilizatório em relação ao recrutamento forçado, a lei foi alvo de muitas manifestações contrárias e nunca foi aplicada de fato. A imprevisibilidade do sorteio e insegurança quanto à lisura do processo provocaram várias mobilizações de “rasga-listas” – grupos de manifestantes que, literalmente, invadiam as juntas e rasgavam as listagens dos aptos para o sorteio. Para Mendes (1999), a questão principal para os manifestos contrários era a perda do poder local na condução do recrutamento e aplicação de isenções.

Beattie (2009) analisa que as tentativas fracassadas de aplicação da Lei de Recrutamento foi um fato emblemático no período pós-guerra, que criou divergências no republicanismo brasileiro, arrastando as divisões políticas em torno da conscrição por vários anos.

Além disto, o recrutamento forçado exercia uma função de *medida punitiva*, sendo um instrumento de punição aos infratores da lei (exceto homicidas) e aos “criminalmente ociosos”. Tal procedimento aliviava parcialmente a superlotação das prisões civis e dava ao Exército o caráter de uma “instituição protopenal”. Para Beattie (2009), o “papel preeminente no gerenciamento do monopólio estatal da

⁵⁷ Guerra entre França e Prússia (1870-1871). O exército prussiano, em maior número e bem mais organizado, derrotou o Império Francês. Considerada pelos historiadores a primeira guerra moderna, aliando desenvolvimento econômico ao bélico, além de grande mobilização da população através do serviço militar obrigatório.

violência tornaram-no (o Exército) a ponte institucional primordial entre o Estado e o submundo “criminoso” no final do século XIX.

Por fim, cabe ressaltar que, se por um lado, o recrutamento forçado praticado no Brasil até este período representava punição, também é possível notar o caráter protetivo que o ingresso no quartel significava para muitos jovens. Foi o que Hendrik Kraay (1996) notou durante a Guerra do Paraguai, por exemplo, quando muitos escravos se voluntariaram ao Exército, fugindo de seus senhores para o “abrigo da farda”, conforme já mencionado anteriormente.

Um outro exemplo claro desta função é apresentado por Beattie (2009), ao enfatizar o aumento expressivo do número de voluntários nordestinos, no final do século XIX, por ocasião da Grande Seca de 1877. É possível que muitos destes relacionados pelo governo como voluntários, tivessem sido recrutados à força. Tanto que o governador do Ceará pediu permissão para recrutar mais tropas, mesmo com o recrutamento suspenso em 1877, a fim de ajudar às vítimas das secas sem onerar os cofres públicos (Beattie, 2009, p. 206). Seja por iniciativa dos próprios jovens ou do governo, fato é que a composição das tropas era predominantemente de nordestinos, mesmo durante a República, e que o serviço militar representou a única alternativa às dificuldades advindas com a seca.

3.3.

Período Republicano – a tarefa de “formar a nação” e a consolidação da legislação atual sobre o serviço militar obrigatório

A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, não foi, imediatamente, um “divisor de águas” no que tange ao recrutamento no Brasil. A Lei de 1874 permanecia em vigor, porém sem êxito na aplicação - apesar de um maior poder político adquirido pelo Exército neste período. Entretanto, importantes mudanças de paradigmas ocorreram a partir do século XX, que promoveram fortalecimento das Forças Armadas no Brasil e refletiram na forma de recrutamento e vice-versa: mudanças na forma de recrutar também contribuíram para uma maior transformação e consolidação das Forças Armadas.

Inicialmente, destaca-se como fator propulsor de tais mudanças, a escolha do Marechal Hermes da Fonseca como Ministro da Guerra, em 1906. Engajado com a modernização do Exército e a reforma militar, Hermes da Fonseca enviou, no mesmo ano em que assumiu o cargo, oficiais jovens para treinamento na Alemanha – a melhor força terrestre da Europa à época. (Beattie, 2009, p. 311)

Um dos grandes empecilhos à modernização do Exército, para Carvalho (2005), era o modelo de recrutamento. A “caçada humana” recrutava um perfil específico de soldados – conforme abordado no tópico anterior, que tornava o ingresso no serviço militar repulsivo e indesejado à maioria da população. Sendo uma das principais bandeiras reformistas do então Ministro da Guerra, em 1908 foi promulgada uma nova lei do sorteio militar – a primeira desde a Proclamação da República. Como a lei anterior, foi difícil sua aplicação, levantando intensos movimentos contrários.

Dentre estes grupos contrários, destaca-se o Movimento Operário organizado, principalmente os anarquistas, que realizaram diversas manifestações, focando na proteção à família como “arma simbólica na luta contra o militarismo” (Castro, 2012). A Liga Antimilitarista Brasileira, criada em janeiro de 1908, também realizava contundentes objeções ao sorteio militar através do jornal *Não Matarás* – órgão oficial da Liga. Em seu programa, fica evidente o caráter anticapitalista associado ao antimilitarismo:

Sorteio é a volta da escravidão e é inconstitucional. É a destruição da família brasileira: atrasa o progresso, gera ausência do lar e triunfo dos estrangeiros no campo do trabalho. A guerra é um sentimento repulsivo. Ela não é mais causada pela ganância, e sim por países industriais, na sua necessidade de expansão comercial; esta expansão é decorrente da irracionalidade da produção, que só beneficia a classe burguesa. A burguesia não pode parar de produzir, senão geraria vários braços desocupados, gerando assim a possibilidade de uma revolução. O Exército serve para manter o operariado no seu lugar, e serve como fura-greve, o que prejudica as reivindicações salariais. A Pátria, em nome da qual se cria o Exército para defendê-la, não representa os interesses de todos os cidadãos, mas apenas dos capitalistas (...) O Exército também se opõe ao lema liberdade, igualdade e fraternidade. Mesmo o Exército assalariado constitui um perigo às sociedades civilizadas, na medida em que luta contra as reivindicações e contra a inevitável revolução social.⁵⁸

⁵⁸ Programa da Liga Antimilitarista, lido por Motta Assumpção em comício realizado no Rio de Janeiro, em 26 de janeiro de 1908. Extraído de CASTRO, Celso. Exército e Nação: estudos sobre a história do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, editora FGV, 2012.

Destaca-se, ainda, como importante frente contrária ao sorteio, a Confederação Operária Brasileira (COB), criada em março de 1908. Em seu jornal *A Voz do Trabalhador*, publicado no Rio de Janeiro, a COB se posicionava, corroborando os argumentos da Liga Antimilitarista. Castro (2012) ressalta que esta luta não estava isolada, mas inserida no contexto de lutas internacionais contra o capitalismo e o militarismo.

De outro lado, a campanha em favor da aplicação da lei do sorteio militar foi liderada, principalmente, pelos jovens que retornaram do treinamento na Alemanha em 1912. Conhecidos como Jovens Turcos⁵⁹ (Carvalho, 2005), estes militares foram grandes defensores da conscrição e fundaram, em 1913, uma revista para exporem suas ideias – *A Defeza Nacional*. O incentivo à aplicação do sorteio foi assunto abordado desde as primeiras edições. O Primeiro Tenente Estêvão Leitão de Carvalho, no artigo intitulado “O Voluntariado do Exército”, chama atenção para a composição das tropas, que, segundo ele, era feita por voluntários, principalmente oriundos do Norte ou dos grandes centros urbanos, em busca de emprego e melhores condições de vida; os “incompatíveis com a vida civil e os incorrigíveis de toda sorte mandados à caserna pela polícia” (ou seja, recrutamento forçado, apesar de ter sido abolido em 1874). Estes, para Leitão de Carvalho, não possuíam o perfil necessário para um bom soldado, e pondera:

Com a materia prima que actualmente recebe, o Exercito não póde formar bons soldados. O mais elementar sentimento de piedade tolhe ao instrutor as exigências que a formação de verdadeiros soldados lhe impõe. (...) Que importa mandarmos officiaes estudar nos melhores exercitos europeos os mais modernos processos de instrucção, si persistimos nesse mal de origem? Corrijamos o erro. Ponhamos em execução o sorteio. A defeza da patria não pode pezar sobre hombros tão fracos como os dos nossos voluntários.⁶⁰

Além do argumento apresentado acima por Leitão de Carvalho, outro ponto levantado, na revista, pelos defensores do sorteio universal, foi que o recrutamento forçado era o principal fator de desprestígio do Exército perante a sociedade.

⁵⁹ Em alusão irônica aos jovens reformadores turcos.

⁶⁰ *A Defeza Nacional*. Revista de Assumptos Militares v. 1, n. 2, novembro de 191, p. 42 e 43. Disponível em <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/ADN/article/view/2254/1817> Acesso em 21/04/2020.

Outrossim, para eles, o serviço militar obrigatório serviria, além da segurança nacional, para evolução social, econômica e política.

No Império, o recrutamento forçado, que trazia para as fileiras do Exército os elementos da mais baixa camada social, foi sempre o maior factor de desprestígio da farda que, em vez de representar o cultivo do amor pela Pátria, era tido como symbolo de castigo. (...) Pondo de parte estas considerações especiaes para o Brazil, e tratando dos benefícios geraes que o serviço militar obrigatório proporciona á comunhão nacional, nós temos de sobejo demonstrado que a sua utilidade não reside somente nas garantias de segurança militar na nação, mas também no aperfeiçoamento de todos os factores da evolução social, politica e econômica.⁶¹

No cenário internacional a conscrição universal era predominante em diversos países como Alemanha, França, Itália, Espanha, Portugal, e vizinhos da América do Sul – Peru, Bolívia, Chile e Argentina. Um levantamento com situação militar destes países foi apresentado ao Congresso pelo deputado Alcindo Guanabara, enfatizando a necessidade da conscrição no Brasil como uma medida imprescindível de defesa e desenvolvimento do país (Beattie, 2009, p. 314 e 315). Ademais, a eclosão da Primeira Guerra Mundial contribuiu com a intensificação da luta pelo sorteio e preparação de um contingente especializado para a defesa nacional.

Em 1915, uniu-se à campanha pelo sorteio militar, o poeta e filho de militar, Olavo Bilac. Sua participação foi voltada, principalmente, para as elites civis, concentrando-se a alunos das faculdades de Medicina e Direito (Carvalho, 2005). Tornou-se o Patrono do Serviço Militar, dada sua atuação contundente em favor do alistamento universal. Seu discurso ressaltava o serviço militar com uma atitude patriótica e homogeneizadora da sociedade, já que o dever da farda era para todos, sem distinção. Além disso, aborda o Exército como uma “escola de civismo”.

Juntamente com Bilac, em 1916, membros da elite política, econômica e intelectual formaram a Liga da Defesa Nacional. Os argumentos favoráveis ao sorteio e ao serviço militar obrigatório defendiam que, para a construção da nação brasileira, era necessária a educação civilizatória oferecida pelo serviço militar – especialmente aos habitantes dos sertões e imigrantes (Castro, 2012). A Igreja

⁶¹ A Defesa Nacional. Revista de Assumptos Militares v. IV, n. 40, janeiro de 1917, p. 114. Disponível em <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/ADN/issue/view/349> Acesso em 21/04/2020.

Católica também se posicionou favorável ao serviço militar,⁶² sendo *instrumento para uma “reforma social”*. O fim do recrutamento forçado e o processo de sorteio e obrigatoriedade do serviço militar, elevaram, gradativamente, a característica de punição para prevenção. (Beattie, 2004).

A eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi motivo de argumento tanto para defensores quanto contrários ao serviço militar obrigatório. Os primeiros, alertavam para a importância da preparação militar como questão de sobrevivência (Beattie, 2009). Os segundos, repudiavam a guerra e as intenções imperialistas que a motivaram (Castro, 2012).

Fato é que a Primeira Guerra Mundial ajudou a difundir, aliada aos discursos de eugenia, higiene e nacionalismo, a ideia que o militarismo contribuiria com a formação de uma força de trabalho mais eficaz, uma juventude livre de vícios, além de promover uma unidade entre as raças e classes sociais. O ideal de país “civilizado” e moderno seria alcançado a partir do serviço militar, e, por isso,

Os militares, mais do que as escolas públicas, orfanatos ou reformatórios, seriam a instituição principal do Estado para difundir o evangelho da higiene, nacionalismo, preparo físico e moralidade para as classes baixas durante a República Velha. (BEATTIE, 2009, p.413)

Nesta função de promover uma “reforma social” com vistas a formação da nação, destaca-se o surgimento da educação física e sua incorporação à sociedade.

A matriz militar do tipo de educação física baseado no método francês gerava uma preocupação em disciplinar os corpos dos indivíduos semelhantes ao efeito que a disciplina militar exercia sobre a tropa. O objetivo era fazer de cada corpo individual o corpo de um soldado e, com isso, forjar o corpo da nação. Essa era a contribuição fundamental que a educação física teria a dar dentro da visão do Exército como uma “escola da nacionalidade”, da ideia de que a organização militar seria o modelo ideal para a organização da sociedade. Aplicada inicialmente no âmbito da própria instituição, logo os militares projetaram a educação física sobre a nação. Juntamente com o serviço militar obrigatório e a educação moral e cívica, a educação física visava criar o homem brasileiro. Não era, portanto, algo já existente que essas iniciativas se dirigiam: a nação brasileira deveria estar, através delas, nascendo. (CASTRO, 2012, p. 111)

Com a dura repressão ao movimento operário empreendida pelo governo, houve um enfraquecimento das mobilizações contrárias à aplicação do sorteio, bem

⁶² Foi assinada uma circular em 1917 pelos Arcebispos do Rio de Janeiro, São Paulo, Mariana, Cuiabá e Porto Alegre. (Castro, 2012)

como, à participação do Brasil na Guerra. Sendo assim, o primeiro sorteio ocorreu em dezembro de 1916, com 152 nomes sorteados e o Brasil estabeleceu sua participação, ainda que modesta, na Guerra em 1917.

As comemorações pela realização do sorteio, entretanto, não duraram muito. Houve um grande número de “insubmissos”⁶³, e, como o sistema de notificações era falho, não era possível afirmar que foi cometido crime, ou que o sorteado sequer havia sido informado, o que inviabilizava as punições. Castro (2012) apresenta um levantamento dos processos de insubmissão enviados ao Supremo Tribunal Militar, nos anos de 1918 a 1925, demonstrando a falibilidade do sorteio.

O mesmo autor pontua que

A questão do serviço militar só seria de fato resolvida ao longo das décadas de 1930 e 1940, com a universalização da exigência do documento de serviço militar e adoção de dispositivos legais mais eficazes. Um decreto de 1933 exigiu o certificado de serviço militar para o alistamento em cargo público, exigência incorporada à Constituição de 1934 (...). Em 1935 foi criada a Diretoria do Serviço Militar e da Reserva e, em 1939, adotada nova Lei do Serviço Militar. (CASTRO, 2012).

Na verdade, é possível relacionar a “eficiência” da aplicação do serviço militar obrigatório após o golpe de estado impetrado no governo de Getúlio Vargas, culminando na ditadura chamada Estado Novo – 1937 a 1945. A “modernização pelo alto”, nas palavras de Carvalho (2005), incluía um projeto conservador e burguês, que se alinhava às ideias dos *Jovens turcos*, e o serviço militar ganhou ênfase, principalmente a fim de educar a população para combater a “ameaça comunista”. Os discursos de apelo patriótico, de Olavo Bilac, não seriam tão necessários, e comparados à imposição ao cumprimento da lei do serviço militar e as punições para os insubmissos orquestrados pelo regime ditatorial.

Destaca-se, ainda, a criação dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR), destinados aos jovens que cursavam o nível superior, a fim de alcançar as camadas mais altas da sociedade.

O serviço militar ampliado e a formação de oficiais da reserva devolviam à sociedade milhares de cidadãos **doutrinados no anticomunismo, no amor à pátria, na crença na inevitabilidade das guerras, na necessidade de se preparar para elas,**

⁶³ Os que eram sorteados e não se apresentavam. (Castro, 2012)

na convivência de um governo forte que promovesse o progresso do país. (CARVALHO, 2005, p. 78, grifo nosso).

A Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) contribuiu para a intensificação da militarização do país, na qual, o serviço militar obrigatório exercia papel fundamental, ao “educar” os jovens e devolvê-los à sociedade, a fim de serem difusores da educação “moral e cívica” e do anticomunismo, principalmente.

O sorteio foi extinto em 1945 pelo Decreto 7.343⁶⁴ e, a partir desta mudança, todos os brasileiros do sexo masculino deveriam apresentar-se para prestação do serviço militar ao completarem 21 anos. A comprovação do alistamento tornou-se condição para o jovem requerer documentos, exercer cargo público, dentre outros. Tendo sido alterada a idade para alistamento para 18 anos, pela Lei Nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, e ratificada no Art. 143 da Constituição Federal de 1988, o Serviço Militar permanece obrigatório até os dias atuais, como será abordado no próximo capítulo.

O documento mais atual, em que é ratificada a obrigatoriedade deste instrumento, é a Estratégia Nacional de Defesa (END), de 2008. Nela, o serviço militar obrigatório configura-se como um dos três eixos estruturantes, e deve existir como um espaço republicano, de representação de todas as classes sociais.

O objetivo, a ser perseguido gradativamente, é tornar o Serviço Militar realmente obrigatório. Como o número dos alistados anualmente é muito maior do que o número de recrutas de que precisam as Forças Armadas, deverão elas selecioná-los segundo o vigor físico, a aptidão e a capacidade intelectual, em vez de permitir que eles se auto selecionem, cuidando para que todas as classes sociais sejam representadas. (END, 2008)

⁶⁴ Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7343-26-fevereiro-1945-416340-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 01/05/2020.

Para além da defesa da pátria: o ingresso de jovens no serviço militar obrigatório. Um estudo no GSD-RJ

A análise empreendida neste trabalho até o momento apresenta um panorama que subsidia o que será abordado neste capítulo. Observar o ingresso de jovens no serviço militar obrigatório a partir do cenário de desemprego entre este segmento, e, tendo constatado na história, as múltiplas funções exercidas pelo recrutamento no Brasil, possibilita uma melhor compreensão sobre o ingresso de jovens no serviço militar atualmente.

O presente capítulo contém os resultados da pesquisa e está dividido em duas partes. Primeiramente, será apresentado um quadro geral do serviço militar no Brasil atualmente, englobando os dados comuns às três Forças, a respeito das etapas que compõem o serviço militar obrigatório, o quantitativo de incorporações nos últimos 10 anos, características do curso de formação de soldados, e tempo de serviço e soldos. As informações constantes neste item foram extraídas do portal Dados Abertos, bem como das legislações em vigor, dos endereços eletrônicos oficiais do Ministério da Defesa e das Forças Singulares, além da experiência própria, como oficial da Força Aérea Brasileira durante nove anos.

Em seguida, serão expostos os resultados da pesquisa realizada com os recrutas do Grupo de Segurança e Defesa do Rio de Janeiro nos anos de 2016, 2017 e 2018.

4.1

Aspectos gerais sobre o ingresso de jovens no Serviço Militar obrigatório na atualidade

4.1.1.

Etapas do serviço militar

Desde 2003, o serviço militar obrigatório brasileiro se divide em etapas comuns à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica, unificadas no âmbito do Ministério da Defesa. As etapas são: alistamento militar, seleção geral, designação, seleção complementar e incorporação (ou matrícula).

A Diretoria do Serviço Militar (DSM), subordinada ao Exército Brasileiro, é o órgão técnico-normativo e gestor do Sistema eletrônico de recrutamento militar e mobilização (SERMILMOB).

Desde 2018, o alistamento se dá de forma *online*, no período compreendido entre o primeiro dia útil do mês de janeiro e até o último dia útil de junho. No endereço eletrônico para o alistamento *online*, o jovem pode declarar o enquadramento em algumas situações que, sendo comprovadas, são motivos de dispensa do serviço militar⁶⁵ (figura 2).

Figura 2: Tela inicial da página do alistamento *online*



Fonte: www.alistamento.eb.mil.br. Acesso em 20/07/2020

⁶⁵ São motivos de dispensa do SMO: arrimo de família – o jovem é o único responsável pelo sustento familiar; residência no exterior há mais de três meses; e problemas de saúde relacionados à necessidade especial física e aparente. Os que desejam alistar-se utilizando o nome social devem preencher formulário próprio e realizar o alistamento de forma presencial.

Após alistarem-se, cerca de um terço dos jovens são selecionados, aleatoriamente, para a fase seguinte (seleção geral), de acordo com os números disponíveis no Portal Dados Abertos. Os demais, são dispensados e deverão comparecer à Junta de Serviço Militar para receberem o Certificado de Dispensa de Incorporação. “O brasileiro que não se apresentar para a seleção durante a época de seleção do contingente de sua classe ou que, tendo-o feito, se ausentar sem a ter completado, será considerado **refratário**”. (BRASIL, Lei Nº 4.375, de 17 de agosto de 1964. Art 24, grifo nosso).

Na fase de Seleção Geral, os jovens são submetidos à inspeção de saúde e odontológica, testes de aptidão e entrevista. São aferidos peso, altura, tamanho da cabeça, número do calçado, tamanho da cintura⁶⁶. O Decreto Nº 703, de 22 de dezembro de 1992 dispõe sobre os parâmetros físicos mínimos para ingresso nas Forças Armadas e relaciona as doenças consideradas incompatíveis com o serviço militar. De acordo com o Ministério da Defesa,

Para garantir que o processo de seleção seja o mais amplo e democrático possível, os recrutas são escolhidos por dois critérios principais. O primeiro é a combinação do vigor físico com a capacidade analítica, medida de maneira independente do nível de informação ou de formação cultural de que goze o recruta. O segundo é o da representação de todas as classes sociais e regiões do País. A seleção também leva em conta aspectos culturais, psicológicos e morais.⁶⁷

No momento da entrevista, são identificados os que são voluntários, ou não, ao ingresso no serviço militar, bem como a opção pela Força que desejam ingressar.

Mas isso não significa que o jovem será atendido em sua pretensão. A designação para uma das Forças Singulares dependerá de suas aptidões pessoais, aferidas durante os exames efetuados na seleção e dos critérios estabelecidos pela Marinha, Exército e Aeronáutica para preenchimento de seus efetivos.⁶⁸

Após a designação, ocorre a Seleção Complementar. São realizados, mais uma vez, entrevista, exame médico e testes de aptidões, conforme as peculiaridades da organização para a qual o jovem foi designado. Os selecionados nesta etapa são incorporados em uma Organização Militar da Ativa das Forças Armadas (OMA) –

⁶⁷ Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/servico-militar/etapas> Acesso em 20/07/2020.

⁶⁸ Idem anterior

recrutas, ou matriculados em um Órgão de Formação de Oficiais da Reserva⁶⁹ - *alunos*.

Em alguns municípios do Brasil há, ainda, a possibilidade de cumprir o serviço militar em um Tiro de Guerra (TG). Os TG são órgãos de formação de militares da reserva, por meio de parceria entre o Exército Brasileiro e alguns municípios, principalmente os mais distantes dos Comandos Militares. O Exército fornece os instrutores, fardamento e equipamentos, e o município oferece as instalações.

Os jovens que ingressam em um TG são chamados *Atiradores*. A prestação do serviço dura de 6 a 10 meses, e as atividades são em curtos períodos do dia, a fim de possibilitar ao jovem continuar estudando ou trabalhando. Os atiradores, diferentemente dos recrutas, não fazem jus ao soldo, ou salário. Conforme Art. 40, inciso IV da Portaria Nº 001, de 2 de janeiro de 2002, a remuneração será devida em caso de atividades de GLO – garantia da lei e da ordem, por decisão da autoridade competente.

A pesquisa deste trabalho engloba os jovens que ingressam em OMA, ou seja, os recrutas.

4.1.2.

Quantitativo de incorporados nos últimos anos

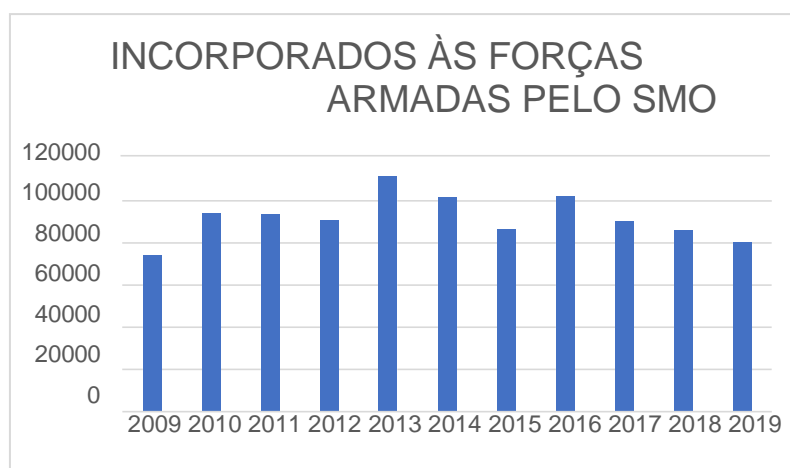
Dos alistados, em média, cerca de 90 mil jovens são incorporados, anualmente, distribuídos entre as três Forças Armadas – Marinha, Exército e Aeronáutica⁷⁰. Este número representa aproximadamente 5% dos jovens nesta faixa

⁶⁹ Para ingressar nos órgãos de Formação de oficiais da reserva - Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR)/ Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR) - o jovem precisa ter concluído o Ensino médio, no mínimo. São apenas 5 órgãos em todo o Brasil. Os que ingressam não são considerados recrutas, mas alunos. A dinâmica e as condições do treinamento são diferentes da realizada na OMA – que é o objeto deste trabalho. Disponível em <http://www.eb.mil.br/web/ingresso/duvidas-mais-frequentes/cpor> Acesso em 20/07/2020.

⁷⁰ Os dados estão disponíveis no portal Dados Abertos <http://www.dados.gov.br/dataset/projeto-soldado-cidadao> Acesso em 10/04/2020

etária. Tal quantitativo, apesar de relativamente baixo, é significativo ao compararmos com o cenário de desemprego entre a juventude brasileira, e as ações governamentais para inserção dos jovens no mercado de trabalho, explicitada no segundo capítulo deste trabalho. O gráfico abaixo demonstra o quantitativo de jovens incorporados às Forças Armadas nos últimos 10 anos, através do Serviço Militar Obrigatório.

Gráfico 2: Quantitativo de incorporados às Forças Armadas pelo SMO nos últimos 10 anos



Fonte: Portal Dados Abertos. Elaboração da autora, 2020

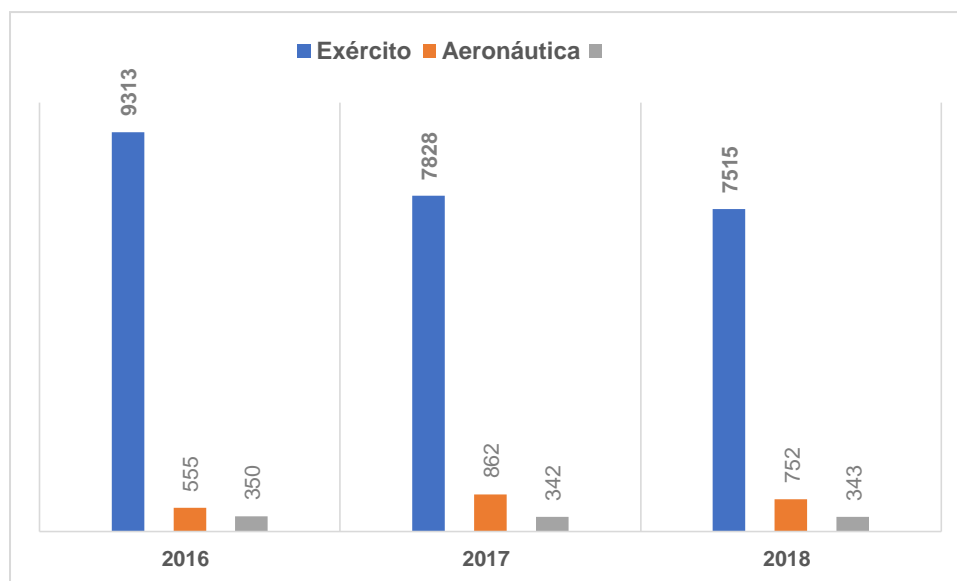
Nota-se um decréscimo do número de vagas, desde 2016, o que reflete uma tendência das Forças Armadas como um todo. A previsão é que, até 2029, o efetivo seja reduzido em 10% - cerca de 36 mil militares, conforme Lei nº 3.954, de 16 de dezembro de 2019.

Atualmente, o quantitativo máximo, permitido por lei, de soldados e cabos corresponde a 58% do total do efetivo para as Forças Armadas, equivalente a 208.885 militares⁷¹.

⁷¹ Com base nas leis de cada uma das Forças Armadas, a saber Marinha: Lei no 9.519, de 26 de novembro de 1997, alterada pela Lei no 11.643, de 10 de março de 2008, e pela Lei no 12.216, de 11 de março de 2010; Exército: Lei no 7.150, de 1º de dezembro de 1983, alterada pela Lei no 8.071, de 17 de julho de 1990; Aeronáutica: Lei no 11.320, de 6 de julho de 2006, alterada pela Lei no 12.243, de 24 de maio de 2010.

O Exército Brasileiro absorveu a maioria dos jovens incorporados nos últimos três anos, seguido da Aeronáutica, e, com menor quantitativo de incorporados, a Marinha do Brasil.

Gráfico 3: Quantitativo de incorporados em cada Força, nos últimos 3 anos



Fonte: Portal Dados Abertos. Elaboração da autora, 2020

4.1.3.

Curso de Formação de Soldados

Com duração de 15 semanas, o Curso de formação de soldados – ou recrutamento, é considerado um momento de adaptação e formação. Neste período, há uma ênfase em diferenciar o ser “civil” e ser “militar”, o “mundo lá fora” e o “aqui dentro”. Tendo por base a hierarquia e a disciplina, pilares das Forças Armadas, de acordo com o Art. 142 da Constituição Federal, o treinamento é constituído por exercícios e instruções que produzam o chamado “espírito militar” (Castro, 2004).

Os recrutas são identificados por números, possuem o mesmo corte de cabelo e recebem o mesmo fardamento; participam de constantes exercícios de marcha e posturas em forma e continências (ordem unida); são apresentados a um linguajar e modo de falar próprios do meio militar e cumprem horário rígidos. Estas são algumas das estratégias para tentar incutir “um novo estilo de vida”, tanto dentro quanto fora dos quartéis.

Conforme abordado no capítulo anterior, a prática da educação física como uma maneira de “disciplinar os corpos” é uma característica do treinamento. Exercícios físicos são frequentemente utilizados como forma de punição – e, na maioria das vezes, todos pagam pelo erro de um integrante da tropa – e, ainda, como objetivo de melhorar o preparo físico.

A fim de adaptar os jovens a este “novo ambiente”, também, são oferecidas instruções militares básicas sobre os fundamentos da instituição, sua estrutura organizacional, legislações a que estão submetidos, treinamentos com arma de fogo e exercícios de campanha (acampamento militar).

Ao final do curso, há uma cerimônia de formatura, a fim de afirmar que os jovens estão “adaptados” à vida militar. Na ocasião, os soldados prestam o juramento comum a todos os militares, como segue:

Incorporando-me ao Exército Brasileiro (ou à Marinha, ou à Força Aérea), prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado, respeitar os superiores hierárquicos, tratar com afeição os irmãos de armas e com bondade os subordinados. E **dedicar-me inteiramente ao serviço da pátria, cuja honra, integridade e instituições, defenderei com o sacrifício da própria vida.** (Art 176 Inciso V do Regulamento de Continências, Honras, Sinais de respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas, aprovado pela Portaria Normativa Nº 660/MD, de 19 de maio de 2009, grifos nossos)

Este juramento e o exposto nesse item nos remete às regras e orientações do SMO tratados no capítulo anterior, com ações rígidas de enquadramento e adaptação ao chamado “espírito militar”.

4.1.4.

Tempo de serviço e soldos

Decorrido o tempo do serviço obrigatório, os jovens podem candidatar-se ao engajamento, que será concedido conforme interesse da Força à qual servem, além da possibilidade de concorrerem à promoção aos postos de Soldado de 1ª classe (S1) e Cabo.

Tais promoções são realizadas de acordo com o somatório de notas acumuladas no CSFD, e no Curso de Especialização de Soldados (CESD) – no caso de promoção ao posto de cabo, além de avaliação de desempenho pela Chefia imediata e teste físico. São considerados, ainda, as informações disciplinares e bom comportamento militar.

A prorrogação do tempo de serviço não pode exceder a 8 (oito) anos e o posto máximo que o jovem, que ingressou como recruta, pode alcançar é o de Cabo.

Quanto ao soldo, ou seja, a remuneração recebida pelos militares, de acordo com posto, foi realizado um levantamento dos valores dos anos de 2001, 2010 e de 2015 a 2019, conforme segue:

Quadro 1: Valores dos soldos por posto e ano

Posto	2001	2010	2015	2016	2017	2018	2019
Recruta e S2 não engajado	153,00	492,00	642,00	677,00	769,00	854,00	956,00
Soldado de 2ª classe engajado	450,00	963,00	1.254,00	1.323,00	1.398,00	1.478,00	1.560,00
Soldado de 1ª classe	540,00	1.146,00	1.491,00	1.573,00	1.663,00	1.758,00	1.856,00
Cabo	795,00	1.518,00	1.974,00	2.083,00	2.243,00	2.449,00	2.627,00

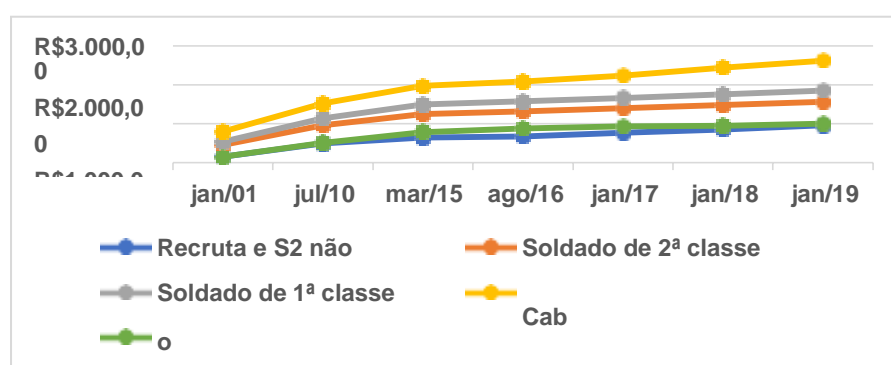
Fonte: Medida Provisória N. 2.215-10, de 2001; Lei Nº 11.784, de 2008; Lei Nº 12.778, de 2012; Lei Nº 13.321, de 2016. Elaboração da autora, 2020

O gráfico abaixo mostra a comparação com o valor do salário mínimo nos mesmos períodos⁷². Nota-se que as variações foram relativamente proporcionais, e

⁷² Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?stub=1&serid1739471028=-1739471028> Acesso em 27 de julho de 2020.

o único soldo abaixo do salário mínimo é o de recruta e soldado de segunda classe (S2), ou seja, referente aos primeiros doze meses do serviço militar, correspondente ao serviço obrigatório. Ao final deste período, sendo engajado voluntariamente, e a critério da Força a qual serve, o soldo ultrapassa o salário mínimo em, aproximadamente, 50%. Ao ser promovido ao posto de cabo, o soldo equivale a R\$ 2.627,00, aproximadamente, 2,5 salários mínimos, e ultrapassa a média salarial nacional, que é de R\$ 2.261,00, de acordo com dados do IBGE referentes ao 4º trimestre de 2019⁷³.

Gráfico 4 – Comparativo entre os soldos de soldados, cabos e salário mínimo



Fonte Soldos: Medida Provisória N. 2.215-10, de 2001; Lei N° 11.784, de 2008; Lei N° 12.778, de 2012; Lei N° 13.321, de 2016. Salário mínimo: IPEA. Elaboração da autora, 2020

Os valores dos soldos também foram comparados com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)⁷⁴, a fim de averiguar o real ganho constante nestes aumentos. Verificou-se que até o ano de 2015 a variação dos soldos estava bem abaixo do índice da inflação. Só a partir de 2016, com a aplicação da Lei N° 13.321, de julho de 2016, o ajuste superou o valor da inflação, o que ocasionou um ganho real no poder de consumo.

Tais informações são importantes ao analisar o serviço militar na perspectiva de alternativa ao ingresso no mercado de trabalho dos jovens, pois a questão salarial pode representar um grande atrativo, especialmente considerando a baixa exigência por qualificação.

⁷³ Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5431> Acesso em 27 de julho de 2020.

⁷⁴ O IPCA é medido mensalmente pelo IBGE para verificar a variação dos preços no comércio. É considerado pelo Banco Central o índice brasileiro oficial da inflação. Os valores para o cálculo foram obtidos em <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php> Acesso em 21/07/2020.

4.2.

Pesquisa de campo sobre o ingresso de jovens no GSD-RJ

A pesquisa ora apresentada foi fruto de análise de questionários respondidos durante a prestação do serviço militar obrigatório. Dividimos a apresentação em alguns tópicos, a fim de facilitar a compreensão dos temas abordados: descrição do campo de pesquisa; metodologia e limitações da pesquisa; caracterização dos recrutas.

4.2.1.

Descrição do campo de pesquisa

O GSD-RJ é uma Organização Militar da Força Aérea Brasileira, cuja história teve início em 1959, com o Esquadrão de Polícia de Manguinhos. Posteriormente foi criado o Batalhão de Infantaria do Rio de Janeiro (BINFA-13) e, em 2006, o Batalhão de Infantaria Especial do Rio de Janeiro (BINFAE-RJ). Por fim, denominado de Grupo de Segurança e Defesa do Rio de Janeiro, por meio da Portaria Nº 673/GC3, de 16 de maio de 2018.

Com a missão de executar ações defensivas, ofensivas, especiais e de proteção, a fim de contribuir para o cumprimento da missão constitucional da Força, preservando equipamentos, instalações e pessoal de interesse da Força Aérea, o GSD-RJ tem como atribuição a “condução das atividades afetas às ações de força aérea, de autodefesa de superfície, polícia da aeronáutica e segurança das instalações” (Portaria Nº 673/GC3, de 16 de maio de 2018, Art. 6º). Dentre outras funções, anualmente o GSD-RJ é responsável pela formação de mais de 200 recrutas selecionados para a prestação do serviço militar obrigatório.

4.2.2.

Metodologia e limitações da pesquisa de campo

A pesquisa que será apresentada, a seguir, foi obtida a partir da análise de questionários respondidos por 646 jovens do sexo masculino, com idade entre 18 e 20 anos, participantes do recrutamento do Grupo de Segurança e Defesa do Rio de Janeiro (GSD-RJ) nos anos de 2016, 2017 e 2018. Os questionários foram aplicados pelo Serviço Social do Rio de Janeiro (SESO-RJ), subordinado ao Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro (GAP-RJ), durante a realização do Projeto de Atenção Integral aos Recrutas.

O SESO-RJ é o responsável por executar as ações socioassistenciais do Comando da Aeronáutica a toda a Guarnição localizada no centro do Rio de Janeiro. Tais ações são amparadas por uma legislação específica (Instruções Reguladoras das Ações do Comando da Aeronáutica – ICA 163-1/2014 e ICA 161-1/2014), que prevê como uma das funções “implementar os Programas de Ações Sociais Integrados, propostos no Plano de Assistência Social do COMAER, por meio da elaboração, coordenação e avaliação de projetos sociais”.⁷⁵

Quadro 2: Plano de Assistência Social do COMAER



Fonte: Anexo A da ICA 163-1/2014, p.35

⁷⁵ As ICA aqui citadas vigoraram até o ano de 2020, quando o Serviço Social do Comando da Aeronáutica passou por uma reestruturação significativa. Porém estavam em vigor no momento da pesquisa, e subsidiaram legalmente o projeto aqui descrito.

O Projeto de Atenção Integral aos Recrutas está inserido no Programa de Ações Sociais integradas do COMAER de Recursos Humanos (PASIC 4) e consiste em uma aproximação com os jovens, durante as instruções do recrutamento, através de debates, ministração de palestras com temáticas relevantes para este público, buscando a discussão e reflexão sobre assuntos pertinentes à referida faixa etária e que afetam suas vidas dentro e fora da caserna, além de realização de pesquisas – dentre as quais, os questionários utilizados neste trabalho.

Cabe destacar que os questionários não foram elaborados com o intuito da realização desta pesquisa específica, mas a fim de conhecer o perfil socioeconômico e analisar algumas condições de ingresso destes jovens no serviço militar obrigatório, objetivando levantar demandas e subsidiar propostas de intervenção do Serviço Social com este público.

Por esta razão, a pesquisa pode apresentar algumas limitações, apesar de conter informações relevantes para o objetivo deste trabalho. Uma das limitações é não conter a identificação de cor ou raça dos participantes. Apesar de ser notória a composição das turmas por maioria de jovens negros, não será possível mensurar estatisticamente – inclusive por ser um dado que requer a auto identificação.

Para uso de tais questionários foi utilizada autorização, através do Termo de Consentimento referente ao acesso à Instituição para fins de pesquisa acadêmica, ao Chefe do GAP-RJ, ressaltando o objetivo da pesquisa e garantindo total confidencialidade, sigilo e privacidade dos dados. Justifica-se a dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), uma vez que a pesquisa apresenta caráter retrospectivo, por tratar de levantamento de dados junto à questionários anônimos e não ser possível o contato com os sujeitos de pesquisa selecionados.

4.2.3.

Caracterização dos recrutas do GSD-RJ das turmas de 2016, 2017 e 2018

Nesta seção serão apresentadas algumas características levantadas nos questionários que contribuirão para o debate proposto neste trabalho. A apresentação dos dados está dividida pelos tópicos: situação escolar; experiência

prévia de trabalho; situação socioeconômica da família; motivação para o ingresso no serviço militar; e expectativas em relação à Instituição.

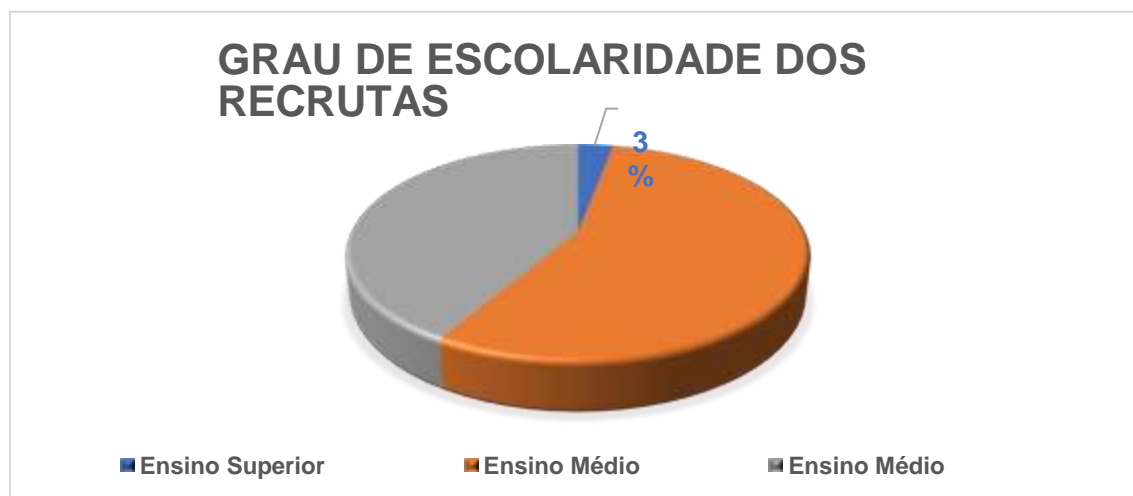
4.2.3.1.

Situação escolar

A primeira questão diz respeito à situação escolar dos recrutas e foi obtida a partir das respostas sobre o grau de escolaridade, se oriundo de instituição pública, privada ou ambas, e se está estudando atualmente. Cabe destacar que o nível de escolaridade não se configura condição para ingresso no serviço militar obrigatório⁷⁶.

O gráfico abaixo demonstra que 59% dos entrevistados concluíram o Ensino Médio, sendo que 3% já haviam ingressado no Ensino Superior. 41% declararam possuir o Ensino Médio incompleto.

Gráfico 5 – Grau de escolaridade dos recrutas



Fonte: Questionários respondidos pelas turmas de 2016, 2017 e 2018 do GSD-RJ. Elaboração da autora, 2020

Este índice encontra-se pouco abaixo da média nacional. Dados do IBGE, obtidos através da PNAD contínua, demonstraram que, em 2018, 63,5% dos jovens

⁷⁶ A exceção é para o ingresso em Órgãos de Formação de Reserva, cujos selecionados devem estar cursando o 3º ano ou terem concluído o Ensino Médio.

até 19 anos haviam concluído o Ensino Médio. Dos 36,5% não concluintes, o IBGE afirma que 62% não frequentam mais a escola.

O quadro abaixo demonstra, que entre os recrutas, o percentual dos que não concluíram o Ensino Médio e não estudam é menor do que a taxa apresentada pelo IBGE:

Quadro 3: Recrutas que estudavam durante a prestação do SMO, por grau de escolaridade

Grau de escolaridade	Total	Estudavam no momento da pesquisa	Não estudavam no momento da pesquisa
Ensino Superior incompleto	19	10	9
Ensino Médio completo	359	43	316
Ensino Médio incompleto	268	157	111

Fonte: Questionários respondidos pelas turmas de 2016, 2017 e 2018 do GSD-RJ. Elaboração da autora, 2020

Ou seja, mais da metade dos recrutas que não concluíram o Ensino Médio estudavam no período de prestação do SMO, o que sugere possibilidade de aumentar o percentual de concluintes do Ensino Médio. Cabe destacar que, de acordo com o IBGE, a baixa renda está associada ao abandono escolar⁷⁷, o que sugere que os recrutas desta pesquisa não estão entre os grupos com menores rendimentos.

Ainda sobre a tabela acima, nota-se que 210 recrutas – aproximadamente 1/3 dos pesquisados – encontravam-se estudando paralelamente à prestação do serviço militar obrigatório, seja cursando o Ensino Médio, o superior ou cursos diversos.

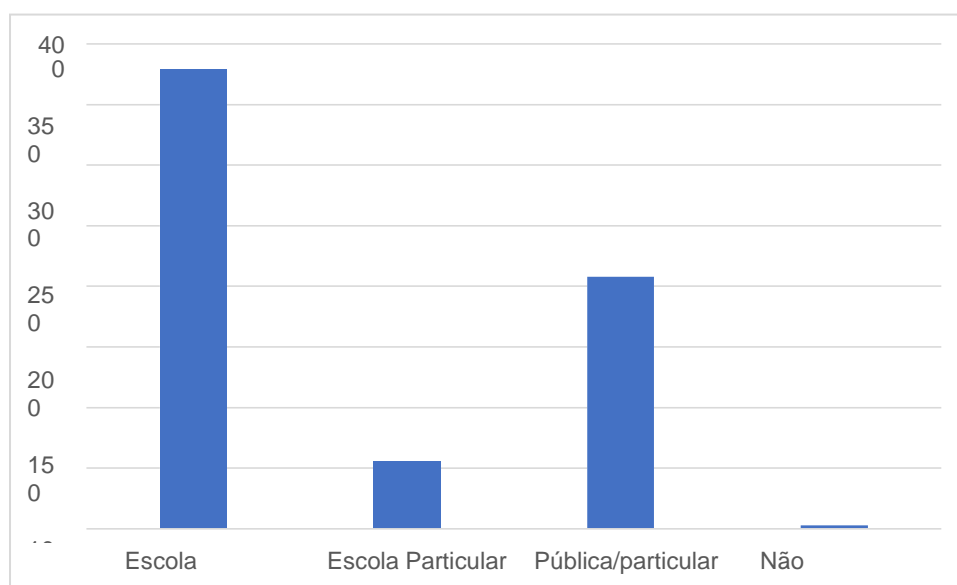
Apesar de não haver restrição para prestação do SMO durante o período escolar, a intensidade das atividades e a exigência de disponibilidade, tornam inviáveis o acompanhamento regular às aulas. Não há previsão legal de dispensa ou flexibilização dos horários para o estudo. Por esta razão, muitos recrutas suspendem os estudos durante o serviço militar obrigatório. Os que permanecem inscritos, têm

⁷⁷ Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25885-11-8-dos-jovens-com-menores-rendimentos-abandonaram-a-escola-sem-concluir-a-educacao-basica-em-2018> Acesso em 20/07/2020

grande chance de reprovação por número de faltas, dadas as constantes escalas de serviço 24h a que são submetidos.

O último gráfico desta subseção demonstra a procedência dos recrutas em relação ao tipo de instituição de ensino – se pública, particular ou ambas. Apesar de a maioria ser proveniente do Ensino público, é significativo o número de jovens oriundos do ensino privado. De acordo com dados do Censo Escolar de 2018⁷⁸, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 12% das matrículas realizadas no Ensino Médio no Brasil, no ano de 2018, se deram em instituições privadas de ensino. Enquanto entre os recrutas, 9% (56 recrutas) são oriundos de escola exclusivamente particular e 32% (208 recrutas) declararam ter estudado em escolas de ambos os tipos.

Gráfico 6 – Tipo de instituição de ensino que estuda ou estudou



Fonte: Questionários respondidos pelas turmas de 2016, 2017 e 2018 do GSD-RJ. Elaboração da autora, 2020

Cabe ressaltar que o sucateamento do ensino básico no Brasil, impacta diretamente a continuidade dos estudos entre os jovens. Dados divulgados na Síntese de Indicadores Sociais 2018, feita pelo IBGE demonstram que dos alunos

⁷⁸ Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/-2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf Acesso em 20/07/2020.

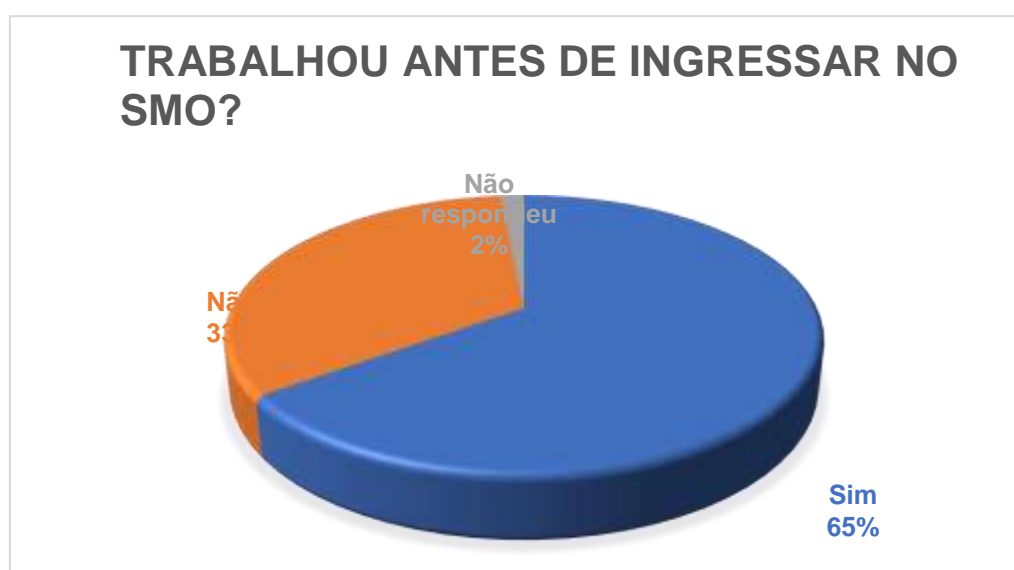
que completaram o ensino médio na rede pública, apenas 36% ingressaram no Ensino Superior. Para os da rede privada, esse percentual foi de 79,2%⁷⁹.

4.2.3.2.

Experiência prévia de trabalho

Sobre experiência prévia de trabalho, 65% dos recrutas afirmou ter exercido atividade remunerada anteriormente ao serviço militar. Este dado comprova uma realidade de inserção precoce desses jovens no mercado de trabalho, tendo em vista que a pesquisa foi realizada com jovens entre 18 e 20 anos.

Gráfico 7 – Experiência de trabalho anterior ao SMO



Fonte: Questionários respondidos pelas turmas de 2016, 2017 e 2018 do GSD-RJ. Elaboração da autora, 2020

Dentre os tipos de ocupação relatados pelos jovens, muitos sinalizaram ter participado do programa Jovem aprendiz. Trata-se de um programa do Governo Federal, criado pela Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que permite a contratação de jovens a partir de 14 anos, desde que matriculados em instituição de

⁷⁹ Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23300-taxa-de-acesso-ao-nivel-superior-e-maior-entre-alunos-da-rede-privada>
Acesso em 20/07/2020.

ensino regular, determinando que as empresas destinem, no mínimo, 5% das vagas para estes.

Sem a pretensão de realizar uma análise aprofundada sobre a referida Lei, cabe destacar que, sob a roupagem de capacitação e profissionalização de jovens, o Programa insere-se na lógica ressaltada por Frigotto (2004, p.195), de que a educação para a classe trabalhadora sempre foi voltada para a “disciplina do trabalho, precoce e precário”. O mesmo autor chama atenção para a difundida ideologia da “empregabilidade” e pedagogia das competências, as quais, atribuem o problema do desemprego a um conjunto de características individuais, que o cidadão deve buscar para adequar-se ao mercado. Na verdade, como já exposto neste trabalho, a questão do trabalho precoce de jovens pobres bem como do desemprego, está intrinsecamente relacionada à estrutura do capitalismo e das contradições advindas deste modelo.

Além da experiência neste Programa, foram relatadas funções em serviços diversos de manutenção, atividades ligadas ao comércio, autônomos, atividades com transportes, dentre outras, com baixa exigência de qualificação e menores remunerações.

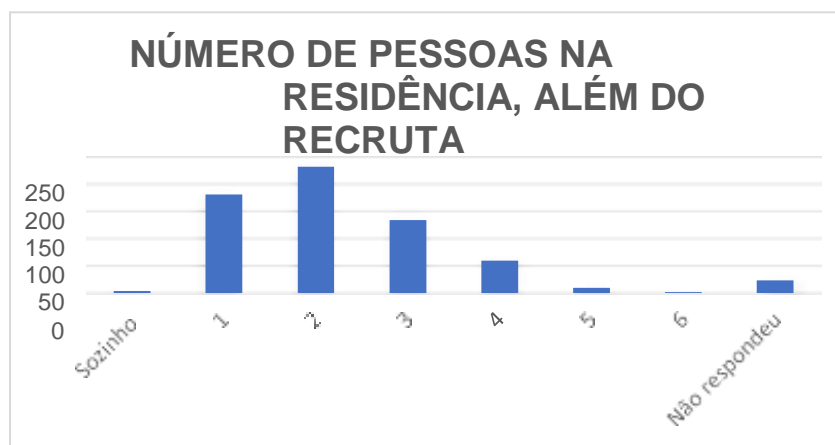
4.2.3.3.

Situação socioeconômica familiar

Neste item foram consideradas as questões referentes ao quantitativo de pessoas na mesma residência, quantas trabalham e qual o tipo de ocupação delas. Foi levantado, também, o quantitativo de jovens que contribuem com as despesas domésticas e qual valor destinado mensalmente a estas despesas. Estes dados são relevantes para indicar características quanto à condição socioeconômica familiar, bem como, traçar um paralelo com os dados médios da população brasileira.

No que tange ao número de moradores por domicílio, a média foi de 3,2 pessoas por domicílio. Segundo o IBGE, a média nacional, e a do Estado do Rio de Janeiro, é de 2,9 pessoas.⁸⁰

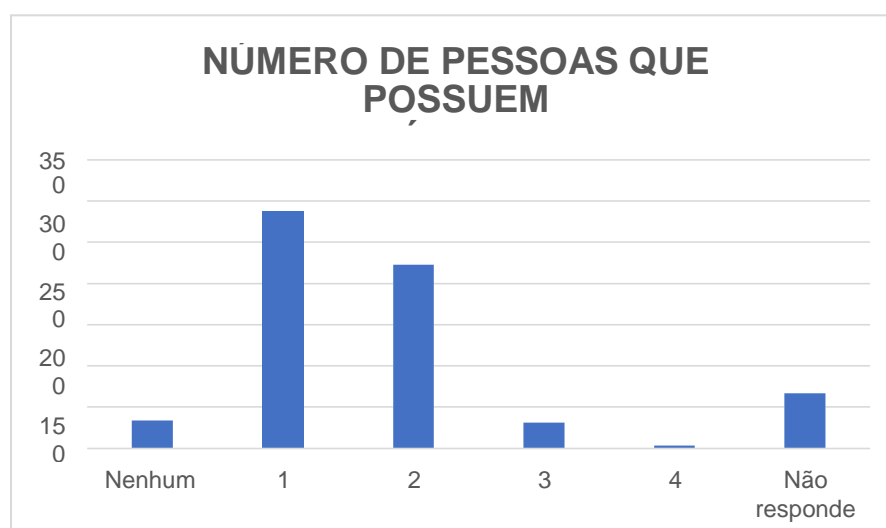
Gráfico 8 – Número de pessoas na residência, além do recruta



Fonte: Questionários respondidos pelas turmas de 2016, 2017 e 2018 do GSD-RJ. Elaboração da autora, 2020

Entre os moradores da mesma residência, a média das pessoas que possuem alguma renda, desconsiderando os recrutas, é de 1,4 pessoas. Foram considerados aposentados, pensionistas, estagiários, jovens aprendizes e demais trabalhadores, de acordo com as ocupações elencadas pelos recrutas.

Gráfico 9 – Número de pessoas na residência que possuem renda, além do recruta



Fonte: Questionários respondidos pelas turmas de 2016, 2017 e 2018 do GSD-RJ. Elaboração da autora, 2020

⁸⁰ Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/maioria-dos-brasileiros-mora-em-casa-e-e-dona-do-imovel-mostra-ibge> Acesso em 20/07/2020.

Ressalta-se que, desconsiderando os que afirmaram residir sozinhos e os que não responderam à pergunta, em 6% das residências a única fonte de renda é proveniente da recebida pelo jovem inserido no serviço militar obrigatório.

Sobre o tipo de ocupação dos demais moradores da residência, observou-se um significativo número de ocupações com baixa remuneração e pouca exigência por formação educacional formal. As que apresentaram maior incidência nas respostas, em ordem de maior ocorrência, foram:

Quadro 4: Ocupação das pessoas que residem com os recrutas

Tipo de ocupação / fonte de renda	Quantidade
Doméstica / Diarista	68
Aposentados	67
Vendedor / Comerciante / Lojista	64
Motorista / taxi / Uber	36
Vigilante / Segurança	31
Militar	24
Salão de beleza / Barbearia / Cabelereira / Manicure	23
Pedreiro	22
Professor	22
Autônomos	20

Fonte: Questionários respondidos pelas turmas de 2016, 2017 e 2018 do GSD-RJ. Elaboração da autora, 2020

Outro dado relevante mostra que 83% dos entrevistados afirmaram contribuir financeiramente com as despesas familiares, como é possível notar no gráfico abaixo.

Gráfico 10 – Recrutas que contribuem com as despesas domésticas



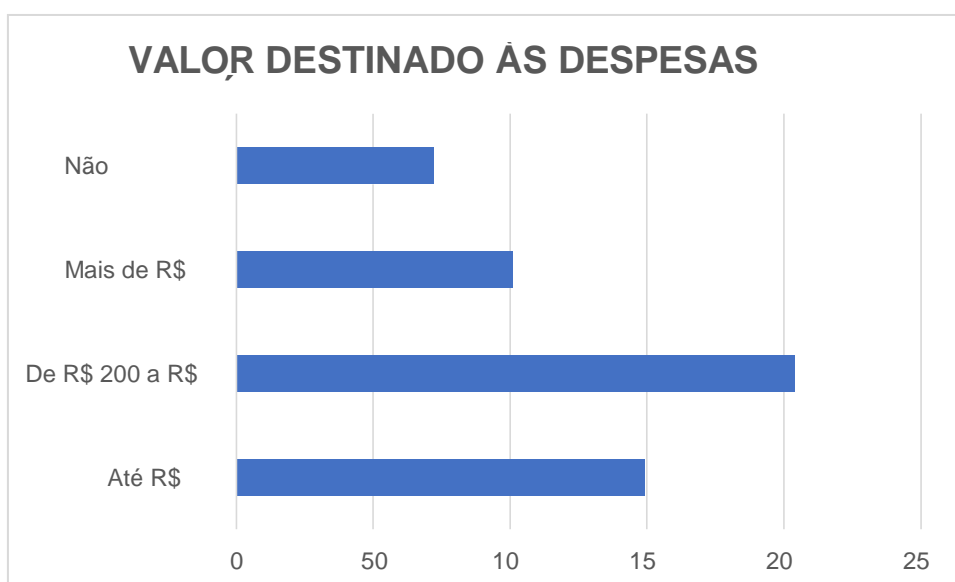
Fonte: Questionários respondidos pelas turmas de 2016, 2017 e 2018 do GSD-RJ. Elaboração da autora, 2020

Este dado corrobora com o que afirma Frigotto (2004), e já citado anteriormente neste trabalho, sobre a necessidade de inserção do jovem no mercado de trabalho, para complementar a renda familiar.

Esta possibilidade é ratificada no próximo gráfico, que demonstra o valor destinado mensalmente às despesas domésticas, entre os que afirmaram contribuir.

Cabe ressaltar que o valor do soldo recebido pelo recruta nos anos de 2016, 2017 e 2018 foram, respectivamente, R\$ 642, R\$ 769 e R\$ 854, conforme já sinalizado no tópico anterior.

Gráfico 11 – Valor mensal destinado às despesas domésticas



Fonte: Questionários respondidos pelas turmas de 2016, 2017 e 2018 do GSD-RJ. Elaboração da autora, 2020

Finalizando este subitem, destaca-se que 34% dos jovens apontaram apenas a presença feminina na composição familiar – (mãe, avó ou tia, foram as principais respostas deste grupo). Este dado não está relacionado à uma questão moral ou de aumento no envolvimento dos jovens com a criminalidade, como afirmou,

recentemente, um político brasileiro.⁸¹ Entretanto, representa um indicativo de maior vulnerabilidade social.

Pesquisa divulgada pelo IPEA em março de 2017, a partir de dados da PNAD, intitulada Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, destaca que a ausência masculina aumenta "o risco de vulnerabilidade social, já que a renda média das mulheres, especialmente a das mulheres negras, continua bastante inferior não só à dos homens, como à das mulheres brancas"⁸².

A mesma pesquisa sinaliza que tem crescido o número de domicílios chefiados por mulheres, ainda que haja a presença do cônjuge (este dado não foi possível mensurar na pesquisa com os recrutas, portanto estima-se que o percentual de lares chefiados por mulheres seja ainda maior do que o levantado).

Corroborando a esta análise, o IBGE informou na Síntese de Indicadores Sociais de 2017 que a taxa de pobreza por família, medida pelo valor de US\$ 5,5 ao dia, é maior entre as famílias que são compostas por mulheres com filhos.

4.2.3.4.

Motivação para ingresso no Serviço militar

Desde 2007, há uma pergunta constante na Ficha de Alistamento Militar (FAM) para assinalar o desejo ou não pelo ingresso no serviço militar. Apesar da orientação mencionada no capítulo anterior, constante na Estratégia Nacional de Defesa, de não se considerar o desejo do jovem como principal critério de seleção, há vantagens para as Forças Armadas no alistamento de jovens que manifestem desejo em ingressar no serviço militar, principalmente no que tange à diminuição de questões disciplinares relativas à insubordinação, além de criminais como a deserção.

⁸¹ Disponível em https://www.huffpostbrasil.com/2018/09/18/7-numeros-da-realidade-das-mulheres-que-criam-filhos-sozinhas-no-brasil_a_23531388/ Acesso em 21/07/2020.

⁸² Disponível em <https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html> Acesso em 21/07/2020

Gráfico 12 – Desejava ingressar no serviço militar obrigatório



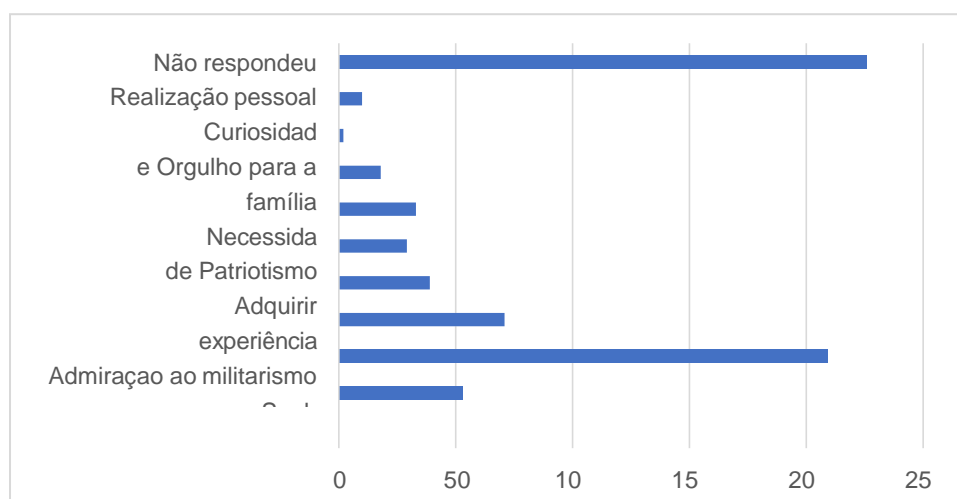
Fonte: Questionários respondidos pelas turmas de 2016, 2017 e 2018 do GSD-RJ. Elaboração da autora, 2020

Os dados obtidos demonstraram que 99% dos recrutas aspiravam o ingresso no serviço militar no momento do alistamento obrigatório. Tal dado suscita a reflexão acerca da obrigatoriedade deste processo, uma vez que quase a totalidade dos recrutas foi voluntária ao ingresso.

Há que se observar, entretanto, que o conceito de voluntariado é relativo. A liberdade de escolha é, muitas vezes, inexistente, à medida em que há, por um lado, diversos estímulos indiretos para a prestação do serviço militar – salário, alimentação, assistência médica, prestígio social (principalmente, em se tratando da Força Aérea, que possui um maior prestígio, no senso comum) – e por outro, escassez de outras alternativas para estes jovens.

Abaixo foram elencados os motivos pelos quais os jovens desejavam ingressar no serviço militar obrigatório. A classificação foi feita com base nas respostas discursivas, agrupando-as por similaridade do conteúdo.

Gráfico 13 – Motivo pelo qual desejava ingressar no serviço militar obrigatório



Fonte: Questionários respondidos pelas turmas de 2016, 2017 e 2018 do GSD-RJ. Elaboração da autora, 2020

A maioria dos jovens não respondeu esta questão. Possivelmente o caráter subjetivo, após uma sequência de questões objetivas, tenha desmotivado a pronta resposta. É possível, também, que muitos nunca tenham refletido sobre a razão de almejem o ingresso no serviço militar, e, por isto, encontrarem dificuldade em expressar. Ou ainda, o ritmo intenso e a exigência física constante das instruções neste período de recrutamento, tenham dificultado a realização de atividades que demandam algum tipo de reflexão.

Dos que responderam, a maioria sinalizou que o serviço militar era um “sonho”. A “admiração ao militarismo” apareceu em segundo lugar, seguida pela “oportunidade de algo melhor”.

Este dado chama atenção para a visão a respeito da instituição militar e do serviço obrigatório. Ressalta-se que as propagandas publicitárias para o alistamento convidam os jovens à “aventura”, “ação”, “emoção”, referindo quase a uma imagem cinematográfica do que é ser militar, corroboram para que muitos jovens almejem este papel. Entretanto, percebe-se que tal publicidade não atinge igualmente todas as classes, mas apenas as que não veem alternativa de realizar o “sonho” de ingressar nas fileiras militares por meio de concurso público para as escolas de formação – de sargentos ou de oficiais, garantindo melhores salários e

uma carreira⁸³, e, portanto, a alternativa possível, acaba sendo o serviço militar obrigatório e temporário.

Além deste ponto, outro fator a ser considerado quando analisamos o quantitativo de jovens que sonham em ingressar no SMO, é o fato de que, no imaginário comum, as Forças Armadas são símbolo de imposição de respeito e de autoridade. Esta imagem tem sido ainda mais reforçada nos últimos anos, particularmente, no Estado do Rio de Janeiro, por participarem de diversas frentes para ocupação de territórios, principalmente em favelas, com legitimidade para o uso da força e da repressão, a fim de atuarem na “garantia da lei e da ordem”, conforme previsto na Constituição Federal.⁸⁴

Apesar de controverso o assunto acerca da ocupação militar nas favelas, e não constituir o assunto desta pesquisa, esta ação coloca em evidência a atuação das Forças armadas, e aproxima a população de todo o aparato característico militar – fardas, equipamentos, modo de agir – o que pode gerar forte oposição e repulsa ou admiração e inspiração, principalmente entre a juventude.

4.2.3.5.

Expectativas em relação à Instituição

As respostas para a pergunta “O que você espera da Força Aérea Brasileira?” foram categorizadas conforme gráfico abaixo. Algumas respostas enquadraram-se em mais de uma categoria.

⁸³ As únicas formas de ingressar na carreira militar, atualmente, são por meio das escolas de formação de sargentos ou de oficiais. O ingresso a estas escolas se dá mediante concurso público.

⁸⁴ “Entre 5 de abril de 2014 e 30 de junho de 2015, as forças armadas ocuparam as favelas da maré, localizada na cidade do Rio de Janeiro, com a finalidade de contribuir para a pacificação do território e estabelecer condições de segurança para a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora. A atuação dos militares — comandada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e chamada de Operação São Francisco — foi regulada por uma Garantia da Lei e da Ordem (GLO), expedida pela Presidência da República. Esta medida concedeu poder de polícia às tropas em uma área de cerca de 10 km², autorizando os militares a fazer patrulhamentos, revistas, vistorias e prisões em flagrante.” Silva, Eliana Sousa. A ocupação da Maré pelo Exército brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2017. P.14

Gráfico 14 – Expectativas em relação à Instituição



Fonte: Questionários respondidos pelas turmas de 2016, 2017 e 2018 do GSD-RJ. Elaboração da autora, 2020

Nota-se que 39% dos jovens vislumbram uma expectativa de carreira e alguma garantia de futuro. Entretanto, o caminho para seguir carreira nas Forças Armadas não se dá por meio do SMO, mas pelo ingresso nas escolas de formação – de sargentos ou de oficiais – cuja admissão é feita mediante concurso público, conforme já abordado anteriormente.

Na Aeronáutica, campo de pesquisa deste trabalho, até o ano de 2010, a promoção ao posto de cabo se dava por meio de prova interna e o quadro era estabilizado – de carreira. Após este ano, o quadro passou a ser temporário, porém era possível aos cabos a realização de provas internas para promoção ao posto de sargento e, conseqüentemente, a conquista da estabilidade na carreira militar⁸⁵. Porém, a extinção dessa modalidade de seleção interna, em 2016, tornou impossível a permanência na carreira militar aos jovens que ingressaram por meio do serviço militar obrigatório.

Tal mudança foi motivo de desapontamento para muitos militares que, assim como os responderam à presente pesquisa, nutriam uma expectativa de alcançar carreira dentro da Força. Não são poucos os casos de jovens que, ao concluírem o tempo de serviço, apresentam dificuldades para realocarem-se no mercado de

⁸⁵ Conforme disposto no artigo 50, inciso IV, alínea “a”, do Estatuto dos Militares, Lei 6.880/80.

trabalho – tanto pelo cenário de desemprego atual, quanto pela frustração de retornar à “vida civil” após o período tão intenso, sem quaisquer direitos.

Em 2019, um jovem cometeu suicídio, um mês após seu desligamento da Força. Logo antes do ocorrido, em áudio enviado a um membro da família, relatou seu desespero dada a falta de perspectiva e a expectativa depositada na carreira militar. Infelizmente, este não é um caso isolado. Muitos jovens passam por um período de reintegração ao “mundo lá fora”, e é preciso readequar as expectativas criadas durante o período no quartel, quando juraram, inclusive, entregar a própria vida.

Esse relato, dentre outros, somados aos temas aqui abordados, reforçam a inquietação inicial, quanto à “opção” pelo ingresso no serviço militar, em meio a um cenário de desemprego e escassez de políticas públicas específicas para a juventude, as quais defendemos.

Considerações finais

Diante da trajetória percorrida neste trabalho é possível pontuar algumas considerações, que, longe de representarem conclusões definitivas a respeito do assunto, instigam outras indagações e inquietações, dada a complexidade dos temas abordados e os múltiplos desdobramentos possíveis.

A fim de atingir o objetivo proposto – de analisar a correlação entre a prestação do serviço militar e a busca de jovens pelo ingresso formal no mercado de trabalho – inicialmente buscou-se discorrer sobre alguns dos desafios atuais da juventude brasileira: desemprego e trabalho precário. Foi realizada uma exposição sobre o modo de produção capitalista e as transformações no mundo do trabalho nas últimas quatro décadas, que possibilitou a compreensão das consequências à juventude brasileira e as poucas e incipientes iniciativas do Estado brasileiro direcionada a este segmento.

Nota-se que a lógica do caráter dignificador e civilizatório do trabalho, com significado de moralidade, coincidiu com a constituição do capitalismo no Brasil, e, portanto, contribuiu com o processo de industrialização e formação do mercado de trabalho livre e de consumo. Da mesma forma, o ingresso no serviço militar sempre esteve atrelado ao combate ao ócio, corroborando com a cultura do trabalho como elemento dignificador.

Aliás, ao realizar a explanação histórica acerca do recrutamento no Brasil, evidenciou-se que o serviço militar não está relacionado apenas ao ato de recrutar homens para defesa de um território. As múltiplas funções exercidas por este instrumento desde o século XVI – como medida punitiva, depósito de “indesejáveis”, instrumento para uma reforma social e “formação da nação”, dentre outras que não foram destacadas neste trabalho – refletem as relações de poder e as disputas que permeiam a história do Brasil e a construção do Estado brasileiro.

Quanto à análise dos questionários, aliada ao arcabouço teórico sobre a situação de desemprego entre jovens no Brasil, foi possível responder às questões iniciais que suscitaram a presente pesquisa, oriundas da atuação com os recrutas

durante o Curso de Formação de Soldados no GSD-RJ, a saber: Quem são estes jovens? Qual a realidade socioeconômica familiar? Por que eles desejavam ingressar no serviço militar obrigatório? Quais as expectativas em relação à instituição militar?

Por ter sido realizada apenas em Organização Militar da Força Aérea Brasileira, no Rio de Janeiro, a pesquisa pode apresentar uma limitação quanto à generalização da realidade levantada para as demais Forças e a realidade em outros Estados brasileiros. Entretanto, consideramos que os dados representam um reflexo significativo da realidade dos jovens brasileiros, no que tange a poucas alternativas de ingresso ou permanência no mercado de trabalho, e, para os quais, o serviço militar torna-se atrativo.

Constatou-se que são jovens filhos de trabalhadoras e trabalhadores com ocupações, majoritariamente, de baixo nível de remuneração. A maior parcela destes jovens já exerceu alguma atividade laborativa antes de ingressarem no serviço militar e mais de dois terços contribuem com as despesas domésticas.

Tais dados reforçam a necessidade da venda da força de trabalho por parte destes jovens e confirmam o pressuposto inicial desta pesquisa, que o interesse dos jovens de determinada camada da classe trabalhadora pelo ingresso nas Forças Armadas, ainda que temporário, não está dissociado da elevação do índice de desemprego e precarização do trabalho entre a juventude no Brasil nos últimos anos.

Entretanto, a pesquisa demonstrou que tal interesse no serviço militar obrigatório não é ocasionado apenas pela necessidade de ingresso no mercado de trabalho e devidos aos atrativos oferecidos pelo serviço militar, em comparação ao cenário de precarização das relações de trabalho.

Há uma idealização dos jovens, que sonham em seguir carreira no militarismo, porém, ingressam através do serviço militar obrigatório – que é temporário e não constitui acesso à carreira. Caberia uma pesquisa comparativa do perfil de jovens que ingressam nas escolas de formação de oficiais e sargentos de

carreira, a fim de constatar o reflexo de divisão de classes sociais dentro da hierarquia militar, como demonstrado ter ocorrido na história.

Como enfatizado neste trabalho, o recrutamento destinava-se, na prática, aos jovens sem privilégios dos poderes locais. Dada a histórica “aversão e resistência ao serviço das armas”, uma “rede de isenções e privilégios”, composta por influências econômicas, políticas e de outras naturezas, isentaram jovens brasileiros da prestação do Serviço Militar desde o século XIX. (Mendes, 2004)

A despeito da factibilidade de tais ocorrências passadas vigorarem também nos dias atuais, o dado peculiar é que muitos jovens que ingressaram no SMO no GSD-RJ, optaram pelo ingresso. Portanto, não representou uma imposição da qual não tiveram influência suficiente para esquivar-se, mas uma opção – ainda que, como já enfatizado neste trabalho, esta opção seja determinada pela ausência de outras alternativas.

Como o número de vagas oferecidas é bem menor do que o quantitativo de interessados no SMO, pode-se dizer que hoje há uma “rede de privilégios às avessas” – se antes o privilégio era não ingressar nas Forças Armadas, hoje os contatos são necessários para o ingresso, especialmente na Aeronáutica, que possui o número de vagas inferior, se comparado ao do Exército.

Entretanto, não podemos deixar de ressaltar que, ainda que a maioria dos jovens que prestam o serviço militar obrigatório sejam voluntários ao ingresso, a prerrogativa de seleção é do Estado, o que suscita a questão: Por que os jovens que ingressam no SMO, no GSD-RJ, não são a expressão de todas as classes/segmentos sociais da juventude brasileira? Se é previsto o alistamento obrigatório e a seleção deve contemplar todas as classes sociais, por que o perfil dos jovens que ingressam no SMO atende a características específicas e comuns a um grupo em particular?

Além do argumento exposto no trabalho, de que selecionar jovens que desejam ingressar no SMO é vantajoso para as Forças, à medida que diminui a possibilidade de deserções e sanções disciplinares, a análise da trajetória do serviço militar obrigatório no Brasil permite relacioná-lo a um processo de

disciplinarização de jovens pobres, cujas primeiras iniciativas, por parte do Estado, são construídas no período de proclamação da República até a década de 1940.

A criação de normativas e instituições destinadas à infância e juventude pobres, com vistas à salvação da delinquência, assemelham-se às formas de “captura” de jovens para o serviço militar, no século XIX, bem como, ao treinamento militar, em vigor até os dias atuais, pautado por regras e procedimentos de disciplinarização.

Ainda que os jovens recrutas que ingressam nas Forças Armadas atualmente não representem a camada mais pobre dos jovens brasileiros – fato verificado com os resultados da pesquisa nos questionários e nos quesitos elencados pelo Ministério da Defesa no processo de seleção – estes jovens são alvo da ação disciplinadora do Estado, sendo potencialmente “perigosos” se sujeitos ao ócio.

Ao mesmo tempo, podemos afirmar que o Estado também confere algum nível de proteção a estes jovens através do serviço militar, ao possibilitar o acesso à renda - mesmo que temporariamente - alimentação, profissionalização, assistência à saúde, dentre outros, e que, por falta de alternativa (principalmente no quesito emprego e renda), torna-se a escolha de muitos jovens brasileiros. Além disso, apesar de relativamente baixo o percentual de jovens incorporados às fileiras das Forças Armadas anualmente, se comparado às políticas públicas de emprego para juventude no país torna-se significativo. O que reforça a hipótese de que o ingresso no SMO se torna uma estratégia utilizada pela juventude para acessar, em algum grau, o mundo do trabalho, a renda, a escolarização e a saúde.

É importante salientar, entretanto, que a proteção, hipoteticamente oferecida pelo SMO, é contraditória. Podemos afirmar que esta ação das Forças Armadas é permeada por um complexo de “proteções e desproteções”, especialmente em se tratando dos soldados - posto hierárquico mais vulnerável e exposto aos riscos da vida militar, e, ao mesmo tempo, com menos acesso aos direitos garantidos aos militares - como aposentadoria, por exemplo.

O SMO representa, ainda, um reflexo da exploração e precarização das relações de trabalho - ainda que não esteja envolvida diretamente na produção e

circulação de mercadorias, esta ação contribui diretamente na manutenção da ordem vigente e reprodução das relações sociais.

Por fim, enfatiza-se que a abordagem realizada neste trabalho não esgota as possibilidades de análise do serviço militar obrigatório e das repercussões deste instrumento para a juventude brasileira, principalmente no papel de disseminação de uma ideologia conservadora, tão presente nas Forças Armadas e em toda a história do Brasil, que tem sido ainda mais proeminente nestes últimos anos.

6

Referências Bibliográficas

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **O desemprego contemporâneo como elemento da acumulação capitalista e da luta de classes**. Revista O Social em Questão - Ano XIV - nº 25/26 – PUC-RIO, 2011 p. 97 – 118

ALVES, Giovanni. **Trabalho e desigualdade social da reestruturação capitalista**: um balanço da “década neoliberal” no Brasil. Revista de Políticas Públicas, v. 7, n. 2, São Luís: Universidade Federal do Maranhão, julho/dezembro, 2003.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Dimensões da crise e metamorfose do mundo do trabalho**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 50, São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

AQUINO, Luseni. **Introdução: A juventude como foco das políticas públicas**. In: CASTRO, Jorge Abrahão de et al (org.). Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009.

BALABAN, Marcelo. **“Voluntários involuntários”**: o recrutamento para a Guerra do Paraguai nas imagens da imprensa ilustrada brasileira do século XIX. Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 221-256, out. 2009. ISSN 1984-9222. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n2p221/11102>>. Acesso em: 06 abr. 2020.

BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue**: exército, honra e nação no Brasil, 1864 – 1945. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BEHRING, E. R. **Política social**: notas sobre o presente e o futuro. In: BOSCHETTI, I. et al. (Orgs.). **Política Social: alternativas ao neoliberalismo**. Brasília: UnB, 2004.

BORGES, A.; DRUCK, G. **Crise Global, Terceirização e a Exclusão no Mundo do Trabalho**. Cadernos CRH, Salvador, n. 19, 1993.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expropriação de direitos da força de trabalho**. Publicado in: Boschetti, Ivanete (Org) - **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018, p.131- 167.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 22 mai 2018

BRASIL. Lei Federal nº 12852, de 5 de agosto de 2013. **Estatuto da Juventude**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 06 jun. 2017.

_____. Lei Federal nº 4.375, de 17 de agosto de 1964. **Lei do Serviço Militar**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4375.htm>. Acesso em: 06 jun. 2017.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2012.

_____. **Decisão nº 67, de 10 de julho de 1822**, do Ministério da Guerra. In: BRASIL. **Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1822**. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1887. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao2.html>> Acesso em 28 de março de 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Editor, 2005.

CARVALHO, André Cutrim e CARVALHO, David Ferreira. **As críticas de Karl Marx e John Maynard Keynes à teoria (neo)clássica**. Revista de Economia

Mackenzie, v. 11, n. 2, São Paulo, SP • MAIO./AGO. 2013 • p. 46-71 ISSN 1678-2002 (impresso) • ISSN 1808-2785 (on-line)

CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org). **Nova História Militar Brasileira**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

CASTRO, Celso. **Exército e nação: estudos sobre a história do exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

_____. **Lei do Sorteio Militar**. CPDOC, 2010. Disponível em:<<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEI%20DO%20SORTEIO%20MILITAR.pdf>> Acesso em: 03 jul 2018.

CORROCHANO, Maria Carla. **Trabalho e educação do tempo da juventude: entre dados e ações públicas no Brasil**. In PAPA, Fernanda de Carvalho e FREITAS, Maria Virginia de. (orgs). *Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Petrópolis, 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Introdução a uma História Indígena**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura/ FAPESP, 1992, p. 14.

FARIA, Durland Puppim de. (Org). **Introdução à história militar brasileira**. Resende: Academia das Agulhas Negras, 2015. 392 p.

FERNANDES, Florestan. **Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente**. In: *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio da Interpretação Sociológica*. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERREIRA, C. G. **O Fordismo, sua crise e o caso brasileiro**. Cadernos do Cesit: Texto para discussão, n.13, Campinas: Instituto de Economia, 1993. (Mimeo).

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas**. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (Org.). *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. p. 180-216.

GOLDONI, A. **Recrutamento, negociações e interesses**. In: MUGGE, Miqueias H. e COMISSOLI, Adriano. *Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil – Século XIX*. 2 ed. – São Leopoldo: Oikos, 2013. P.214

HARVEY, David. **Transformações político-econômicas do capitalismo**. In: *Condição Pós-moderna: uma pesquisa das origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

IZECKSOHN, Vitor. **Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai**. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org). *Nova História Militar Brasileira*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São. Paulo: Abril Cultural, 1996 (Coleção Os Economistas)

KRAAY, Hendrick. **"O ABRIGO DA FARDA": o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800 -1888**. *Afro Ásia*, v. 17, 1996.

_____. **Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o "recrutamento" de escravos na guerra da Independência na Bahia**. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 109-126, 2002.

LUFT, Marcos Vinícios. **“É verdade tudo quanto alega o suplicante”**: os pedidos de isenção ao serviço militar durante a Guerra Cisplatina (1825-1828). In: COMISSOLI, Adriano; MUGGE, Miquéias (orgs.). *Homens e armas: recrutamento no Brasil no século XIX*. São Leopoldo: Editora Oikos, 2011.

MADEIRA, Felícia Reicher. **A improvisação na concepção de programas sociais muitas convicções, poucas constatações o caso do primeiro emprego**. *São Paulo em Perspectiva*, 18(2): 78-94, 2004

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Coleção Os Economistas.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. L. I e II, v. I e II.

MELLO, Christiane F. P. **Deserções e privilégios: a guerra ao Sul da América.**

MÉTIS: história & cultura – v. 3, n. 5, p. 175-192, jan./jun. 2004

_____. **Forças Militares no Brasil Colonial:** Corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII – Rio de Janeiro. E-Papers, 2009

MENDES, Carlos Magno [et al.] **Introdução à economia** – 3 ed. rev. amp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2015

MENDES, Fábio Faria. **A "Lei da Cumbuca": a revolta contra o sorteio militar.**

Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 267-294, dez. 1999.

ISSN 2178-1494. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2098/1237>>.

Acesso em: 07 Abr. 2020.

_____. **Encargos, privilégios e direitos:** o recrutamento militar no Brasil dos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org). Nova História Militar Brasileira, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

MOTA, Ana Elisabete. **A nova fábrica de consensos:** ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

_____. **Cultura da Crise e Seguridade social:** um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007. v.1.

OIT. **Trabalho decente e Juventude no Brasil.** Brasília: OIT, 2009.

POCHMANN, Marcio. **Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil**. In: Revista São Paulo em Perspectiva, v. 18, nº2, São Paulo, abr/jun, 2004.

_____. **A batalha pelo primeiro emprego**: a situação atual do jovem e as perspectivas no mercado de trabalho brasileiro .2ª ed. São Paulo: Publisher, 2007

_____. **Juventude em Busca de novos caminhos**. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo: 2005, Editora Fundação Perseu Abramo, pg. 217 - 241.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 46 ed. São Paulo. Brasiliense, 2004.

QUIROGA, C. **O (não) trabalho**: identidade juvenil construída pelo avesso. Praia Vermelha: estudos de política e teoria social, v. 1, n. 7, Rio de Janeiro, jan./jun. 2002, p. 36- 52.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1979.

SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2002.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. In: Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n. 24, p.16-39, set./dez. 2003

SPOSITO, Marília Pontes. **Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil**. In: FREITAS, Virginia de; e PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). Políticas Públicas: Juventude em Pauta. São Paulo: 2003. Cortez Ação Educativa Assessoria, p. 57-74.

7. ANEXOS

ANEXO 1: TERMO DE CONSENTIMENTO REFERENTE AO ACESSO À INSTITUIÇÃO PARA FINS DE PESQUISA ACADÊMICA



Este termo refere-se ao consentimento do Comandante do Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro, para acesso da pesquisadora aos questionários aplicados pelo Serviço Social do Rio de Janeiro (SESO-RJ) aos recrutas do GSD-RJ, nos anos de 2016, 2017 e 2018, com finalidade exclusiva de pesquisa.

Sobre a pesquisa:

Esta pesquisa fará parte da dissertação de Mestrado, requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social intitulada “Para além da defesa da Pátria: Um estudo sobre o serviço militar obrigatório frente às transformações no mundo do trabalho” e tem como objetivo: levantar características do perfil dos jovens que prestam serviço militar obrigatório no Grupo de Segurança e Defesa do Rio de Janeiro, através dos questionários anônimos aplicados pelo Serviço Social durante projetos sociais realizados nos anos de 2016, 2017 e 2018.

É assegurado:

O direito de ser informado sobre os objetivos e resultados do estudo;

A total confidencialidade, sigilo e privacidade dos dados, uma vez que, na apresentação dos resultados, não será possível a identificação das pessoas ou grupos da Instituição.

Pesquisadora Responsável: Liliane Freichos Godoy Soares

Eu, _____, comandante desta Organização Militar, autorizo a pesquisadora a realizar o estudo, acessando dados secundários oriundos de bases de dados não confidenciais pertencentes à esta organização, com fins exclusivos de pesquisa, mediante explicação dos objetivos de pesquisa e condições acima citados.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2019

COMANDANTE



ANEXO 2: JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

A pesquisa sobre o serviço militar obrigatório frente às transformações no mundo do trabalho, está vinculada ao Mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), de autoria da mestrand LILIANE FREICHOS GODOY SOARES e sob orientação da professora Dr.^a Sindely Chahim de Avellar Alchorne.

O objetivo da pesquisa é analisar o ingresso de jovens no serviço militar obrigatório, no Grupo de Segurança e Defesa do Rio de Janeiro, para além do seu propósito primário, considerando o cenário de desemprego e precarização do trabalho.

A coleta de dados, na fase da pesquisa de campo, consistirá, inicialmente, na caracterização do perfil dos jovens que ingressaram no serviço militar obrigatório, no GSD-RJ, nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019. Utilizar-se-á, como fonte de pesquisa, nesta etapa, o banco de dados constituído por 646 questionários aplicados aos recrutas durante os projetos realizados pelo Serviço Social do Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro (SESO-RJ).

Os questionários foram respondidos anonimamente pelos recrutas, e possuem questões acerca do perfil socioeconômico, familiar, além de questões relacionadas ao ingresso no SMO. Os mesmos não foram elaborados com o intuito de realização desta pesquisa específica, mas a fim de caracterizar os participantes do projeto realizado pelo SESO-RJ, possibilitando identificação do público alvo e levantamento das demandas.

Serão tabuladas as questões concernentes à opção ou não pelo recrutamento, escolaridade, experiência profissional anterior ao recrutamento, composição e renda familiar, contribuição com as despesas domésticas e expectativas com o serviço militar.

Para uso de tais questionários será solicitada autorização, através do Termo de Consentimento referente ao acesso à Instituição para fins de pesquisa acadêmica, ao Chefe do GAP-RJ, explicitando o objetivo da pesquisa e garantindo total confidencialidade, sigilo e privacidade dos dados, sendo que, na apresentação dos resultados, não será possível a identificação das pessoas ou grupos da Instituição. Por esta razão, justifica-se a dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, uma vez a pesquisa apresenta caráter retrospectivo, por tratar de levantamento de dados junto a questionários anônimos e não ser possível o contato com os sujeitos de pesquisa selecionados.

Cabe ressaltar que os resultados da pesquisa poderão ser apresentados de forma agregada (em blocos, gráficos ou tabelas), entretanto os dados serão utilizados de modo a não permitir a identificação dos participantes.

Pesquisadora Responsável: Liliane Freichos Godoy Soares

Assinatura

Data



Projeto de Atenção Integral aos Recrutas

PESQUISA SOCIOECONÔMICA

Esta pesquisa tem o objetivo de conhecer a realidade socioeconômica e cultural dos recrutas do GSD- RJ, com vistas à implantação de projetos sociais compatíveis com as necessidades destes militares. Sua participação é muito importante. **Não é necessário identificação!**

1 .Dados Pessoais	
Idade: () 18 () 19 () 20	Estado Civil: () Solteiro () Casado/morando junto
Nível de Instrução: () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Ensino Superior () Completo () Incompleto	
Está estudando atualmente? () Sim () Não	
Você estuda ou estudou em: () Escola Pública () Escola Particular () Tanto em Pública como Particular	
Pretende fazer curso técnico?() Sim () Não	Qual?_
Pretende cursar curso superior? () Sim () Não Qual? _____	
Em que Bairro ou município você mora? _____	
Você possui alguma religião ?() Não () Ateu () Católico () Evangélico () Espírita () Outro_	
Pretende seguir carreira na FAB() Sim () Não	
Você queria servir? () Sim () Não Por quê? _____	
Já trabalhou antes de servir? () Sim () Não Em quê? _____	
2 . Dados familiares e Financeiros	
Com quem você mora?	
Nome/Parentesco	Trabalha? Em que?
_____	_____
_____	_____
_____	_____
Você ajuda com os gastos de casa? () Sim () Não	
Se você contribui com as despesas de casa, em média com o que você ajuda e/ou qual o valor de sua renda mensal é direcionada à esse fim? _____	
Qual o maior gasto que você tem por mês? (Marque apenas uma opção que corresponda ao maior gasto) () Telefone Celular () Roupas () Crediário () Cartão de Crédito () Baladas () Passagem () Contas em Geral (luz, gás, aluguel) Outros _____	
Sua moradia é () Própria () Cedida () Alugada () Invasa () Posse () Financiada	
Você possuiu dívida () Sim () Não	
3 . Informações Complementares	
Você procura atendimento de saúde (médico, hospitalar, posto de saúde, outro)? () Nunca () Só quando estou doente () 1 vez ao ano () 2 ou mais vezes ao ano	
Tem alguém na sua família com doença grave? () Sim () Não Qual? _____	
Você consome bebidas alcoólicas? () Não () Uma vez ou outra () Fins de semana () Diariamente	
Você tem vida sexual ativa? Considere mínimo de 2 relações sexuais por semana) () Sim () Não	
Você usa camisinha? () Nunca () De vez em quando () Sempre	
O que você espera da Força Aérea?	